DESASTRES NATURAIS APENAS 13% DAS CIDADES TÊM PLANOS DE CONTENÇÃO DE TRAGÉDIAS. CERCA DE 2 MIL MUNICÍPIOS ESTÃO VULNERÁVEIS A CALAMIDADES

CONTRA A MENTIRA PRODUTORES DE CONTEÚDO DE TODO O PAÍS UNEM-SE PARA COMBATER A MÁQUINA DE DESINFORMAÇÃO OPERADA PELO CANAL BRASIL PARALELO



CartaCapital

cartacapital.com.br

basset editora

ANO XXIX Nº 1312 R$ 31,90
29 DE MAIO DE 2024

ESTÁ CHEGANDO A HORA

A PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA DÁ OS ÚLTIMOS RETOQUES NA DENÚNCIA POR TENTATIVA DE GOLPE QUE PODE LEVAR BOLSONARO À CADEIA

FENAE 53 ANOS

FENAE APCEF

INÊS 249

×

Há 53 anos a Fenae está ao lado das empregadas e empregados da Caixa, lutando por seus direitos e por uma Caixa forte, 100% pública e social.

São mais de 5 décadas cuidando do presente e olhando com esperança para o futuro.

Conheça mais sobre a Fenae, aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

INÊS 249
CartaCapital
29 DE MAIO DE 2024 • ANO XXIX • Nº 1312

Capa: Pilar Velloso. Fotos: iStockphoto e Evaristo Sá/AFP



O governador fluminense é o sexto a cair em desgraça no estado. Pág. 22



VICTOR CORREA E TOM COSTA/MJSP

Plural

INÊS 249

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta

REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa e Carlos Drummond
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, André Costa Lucena, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Marin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendal Lima do Carmo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Allan Ravagnani, Getulio Xavier e Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação) e Marina Verenicz
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
ESTAGIÁRIOS: Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
GERENTE DE NEGÓCIOS: Henrique Rogatto
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos
ANALISTA DE ATENDIMENTO: Maria Clara M. Abdal
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555
CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Instituto Verificador de Comunicação IVC ANER www.aner.org.br

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS



A CULPA É DE QUEM?

Após o governo Lula tomar todas as providências para socorrer o Rio Grande do Sul, Bolsonaro teve alta da prolongada internação para tratar uma erisipela, doença que o manteve fora de cena e, por conseguinte, livre de ser cobrado por uma atuação em favor dos gaúchos. A única presença física de sua família no cenário da tragédia resumiu-se no seu filho Zero Três, passeando de *jet-ski* em uma área inundada de Eldorado do Sul.
Sylvio Belém

DIANTE DE CATÁSTROFES

O direito a vida é um direito fundamental à existência humana. Para garantir este direito, cabe ao Estado, em situações de catástrofe, garantir a exceção da liberdade para que a vida dos indivíduos seja preservada. As *fake news* visam distorcer a realidade e enganar a população acerca dos cuidados a serem tomados e providências tomadas pelas autoridades. Quem as divulga, age de ma-fé. Isso deveria ser tipificado como crime.
Paulo Sergio Cordeiro

DECIFRA-ME OU TE DEVORO

Vigaristas virtuais a mando do miliciano espalham mentiras e causam ainda mais sofrimento ao povo gaúcho. Fingem esquecer que esse marginal, durante a pandemia de Covid-19, relinchou que era só uma "gripezinha", que "não era coveiro", que as vítimas estavam de "mimimi". Mais de 700 mil mortos e curtia as férias de *jet-ski*, à nossa custa. Ainda falseou cartão de vacina e fugiu com as joias sauditas para os EUA. A justiça terrena tarda, mas a outra justiça não há de falhar.
João Bosco

ANTES TARDE

Triste ver o MPF oferecer uma denúncia contra agentes da ditadura por um crime cometido 55 anos atrás, em 1969. Ao mesmo tempo, vemos uma série de crimes recentes contra a democracia, no 8 de Janeiro, contra o povo, durante a pandemia, e contra o meio ambiente, como vimos no Rio Grande do Sul. E os autores desses crimes continuam circulando livremente.
Reginaldo Costa

ASFIXIA FINANCEIRA

Isso é algo que me intriga. Por que a direita brasileira é tão contrária à educação e às pesquisas? O mundo inteiro entende que ambos são cruciais para transformar o Brasil em um país menos injusto e desigual.
Carlos Duarte

Infelizmente a educação e o progresso nunca são prioridade em um sistema que faz da ignorância a manutenção da pobreza contínua. Lamentável. O triste é saber que alguns pesquisadores e educadores votam e elegem propostas que sabotam qualquer avanço para o próprio país.
Simone Alencar

O "MERCADO" AGRADECE

A sociedade está envelhecendo e, no Brasil, ainda mais rapidamente. É urgente repensar como garantir as condições necessárias para a sobrevivência da população idosa. Lamentável.
Danilo Marques

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

INÊS 249

A Semana

Outro cadáver da Lava Jato

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, determinou a anulação de todos os atos da Lava Jato contra o executivo Marcelo Odebrecht. No despacho de mais de cem páginas, assinado na terça-feira 21, o ministro considerou que houve conluio entre o então juiz Sergio Moro e procuradores da República que integraram a operação. "O que poderia e deveria ter sido feito na forma da lei para combater a corrupção foi realizado de maneira clandestina e ilegal, equiparando-se órgão acusador aos réus na vala comum de condutas tipificadas como crime."

Justiça Eleitoral/

Um morto-vivo no Senado

TSE livra Sergio Moro da cassação, mas o ex-juiz segue isolado na política

O Tribunal Superior Eleitoral rejeitou, na terça-feira 21, os recursos que pediam a cassação do senador Sergio Moro, do União Brasil. Todos os ministros acompanharam o voto do relator Floriano de Azevedo, que considerou "censuráveis" os vultosos gastos na pré-campanha, sobretudo "por candidatos que empenharam a bandeira da moralidade na política". Ponderou, porém, que não restou provada a conduta fraudulenta ou o desvio de finalidade. "É preciso mais do que o estranhamento, indícios, suspeitas ou convicção. É preciso haver prova, e prova robusta."

O principal ponto da acusação é que o ex-juiz se beneficiou da pré-campanha à Presidência da República pelo Podemos, na qual teria torrado ao menos 2 milhões de reais do Fundo Partidário, antes de mudar de planos e se candidatar ao Senado pelo União Brasil do Paraná. A acusação apontou ainda indícios de caixa 2, como a contratação do escritório de advocacia de um dos suplentes de Moro, que faturou 1 milhão de reais em três meses.

"Os boatos sobre a cassação de meu mandato foram exagerados", afirmou Moro, ao celebrar a "decisão técnica" do TSE. Convenientemente, esqueceu-se de mencionar que ele próprio acreditou nos "boatos", a ponto de escalar a esposa para disputar sua vaga numa eventual eleição suplementar para o Senado – a deputada Rosângela Moro chegou a transferir o domicílio eleitoral de São Paulo para o Paraná, além de ter o nome testado em pesquisas. Da mesma forma, olvidou a peregrinação que fez nos gabinetes de lideranças políticas e ministros das cortes superiores para tentar salvar o próprio mandato. Em uma dessas ocasiões, teria até sido comparado a um "ladrão de galinhas" por Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal, versão amplamente noticiada pela mídia e jamais desmentida.



O parlamentar ainda procura se enturmar no Congresso

Desprezado pela classe política e desmoralizado com o melancólico fim da Operação Lava Jato, o ex-juiz conseguiu preservar o mandato, mas segue isolado no Senado, sempre à margem das articulações políticas. Azar da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, que também estava de olho na vaga de Moro e liderava as pesquisas de intenção de voto no Paraná.

Crime organizado/ A serviço do cangaço

Operações da PF miram policiais e CACs envolvidos em venda ilegal de armas

A Polícia Federal deflagrou, na terça-feira 21, duas operações para desmantelar esquemas criminosos de desvio e venda ilegal de armas de fogo e munições. Uma delas, realizada em parceria com o Gaeco paulista, grupo de combate ao crime organizado do Ministério Público de São Paulo, tem como alvo uma quadrilha especializada em roubos que disseminam o terror em cidades do interior, fenômeno conhecido como "novo cangaço".

Foram cumpridos 13 mandados de prisão temporária e 24 mandados de busca e apreensão. Alguns dos presos têm ligação com o PCC, facção hegemônica nos presídios paulistas. "Além disso, constatou-se que os principais fornecedores das armas de fogo e das munições utilizadas pela organização criminosa são CAC's (Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador)", informa a PF por meio de nota.

A outra operação, batizada de Fogo Amigo, mira policiais militares da Bahia e de Pernambuco. Os agentes são acusados de desviar, em conluio com donos de lojas de armas e CACs, um arsenal para facções criminosas que atuam nos dois estados e também em Alagoas. Ao autorizar a operação, a Justiça determinou ainda o sequestro de bens e bloqueio de valores de até 10 milhões de reais dos investigados.



A Polícia Federal confiscou um verdadeiro arsenal com os criminosos

Réus por invasão no sistema do CNJ

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, tornar a deputada federal Carla Zambelli, do PL de São Paulo, e o *hacker* Walter Delgatti Neto réus por invasão a sistemas do Poder Judiciário, entre eles o Banco Nacional de Mandados de Prisão, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça. Ambos responderão pelos crimes de invasão de dispositivo informático e falsidade ideológica, que, somados, podem chegar a seis anos de reclusão, além de multa. A denúncia foi apresentada pela Procuradoria-Geral da República em abril. Em depoimento à Polícia Federal, Delgatti confessou a invasão e afirmou ter recebido 40 mil reais da deputada para inserir uma ordem de prisão falsa contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. A deputada nega ter encomendado o crime.

Judiciário/ FICOU BARATO

CNJ AFASTA POR 90 DIAS DESEMBARGADORA QUE ATACOU MARIELLE FRANCO

O Conselho Nacional de Justiça condenou, na terça-feira 21, a desembargadora Marília de Castro Neves Vieira, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, à pena de disponibilidade por 90 dias. Nesse período, ela ficará proibida de atuar e terá o salário reduzido, proporcional ao tempo de magistratura. A sanção pode parecer simbólica (e é mesmo), mas é terceira mais grave que um juiz pode sofrer, depois da aposentadoria compulsória e da demissão.

Vieira foi condenada por desvio de conduta em uma série de publicações de cunho político e preconceituoso nas redes sociais. Dias após o assassinato de Marielle Franco, em 2018, a desembargadora escreveu que a vereadora estava "engajada com bandidos" e havia sido eleita com a ajuda de uma facção criminosa. "Seu comportamento, ditado por seu engajamento político, foi determinante para seu trágico fim".

A magistrada também postou que Guilherme Boulos, líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, seria recebido "na bala" após Jair Bolsonaro facilitar a posse de armas e que o ex-deputado Jean Wyllys não escaparia de um "fuzilamento profilático". Depois, em entrevista ao *site* Consultor Jurídico, alegou tratar-se de uma brincadeira. "A esquerda é dona de um mau humor profundo."



A magistrada se declara vítima do "mau humor profundo" da esquerda

REDES SOCIAIS, JEFFERSON RUDY/AG. SENADO E PF/PMSP/GAECO

A Semana

Muy amigo

Uma das testemunhas centrais do julgamento do ex-presidente Donald Trump em Nova York por falsificação dos registros de pagamento em troca do silêncio de uma atriz pornô com quem manteve relações, Michael Cohen, ex-advogado e ex-amigo do magnata, admitiu ter desviado dinheiro das organizações Trump. A defesa do republicano tenta minar a credibilidade do depoimento de Cohen, responsável pelos pagamentos, por ordem do antigo chefe, à atriz Stormy Daniels. Os defensores de Trump argumentam que a compra do silêncio de Daniels não é crime. A promotoria aponta fraude eleitoral.

Argentina/**Bolsonaro ao quadrado**

Javier Milei mostra talento para se tornar um pária mundial



O argentino se supera

Ernesto Araújo, o esquecível chanceler do governo Bolsonaro, se orgulhava do "sucesso" em transformar o Brasil em um pária na diplomacia internacional. O terraplanista nativo e seu chefe fizeram escola. O presidente argentino, Javier Milei, parece empenhado em superar o aliado ideológico em velocidade, gênero, número, grau e estupidez. Antes de completar seis meses de mandato, Milei jogou por terra décadas, senão séculos, de política externa do vizinho: xingou Lula, desdenhou de Joe Biden, entrou em conflito aberto com a Venezuela e a Colômbia, destratou a China, maior parceiro comercial do país, e acaba de provocar o estremecimento diplomático com a Espanha. Na terça-feira 21, o Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol anunciou a saída definitiva da embaixadora em Buenos Aires, um passo rumo ao rompimento das relações. A decisão é uma resposta às declarações de Milei durante uma convenção do partido Vox, de extrema-direita, em Madri. O argentino, que cumpriu uma agenda extraoficial na Espanha (não se reuniu com representantes do governo ou da monarquia), atacou a mulher do primeiro-ministro, Pedro Sánchez, alvo de uma falsa denúncia de corrupção. "Que cambada de gente parafusada ao poder e que níveis de abuso pode gerar", discursou, ao criticar o "socialismo maldito e cancerígeno". "Mesmo quando tem uma mulher corrupta, digamos suja, e tira cinco dias para pensar nisso." Milei tem se recusado a pedir desculpas. Não só. Prometeu voltar à Espanha em breve para se reunir com extremistas. Nessa toada, restarão as portas abertas do Paraguai e do Uruguai.

Irã/ Mistério e sucessão

Ebrahim Raisi, presidente, foi uma das vítimas da queda de um helicóptero

Falha técnica? Condições climáticas adversas? O pouso forçado do helicóptero que transportava o presidente do Irã, Ebrahim Raisi, está envolto em mistérios e provavelmente assim permanecerá. O mandatário voltava da inauguração de uma barragem na fronteira com o Azerbaijão e estava acompanhado de três autoridades, entre elas o ministro das Relações Exteriores, Hossein Amirabdollahian, e três tripulantes. Não há sobreviventes. O helicóptero, um Bell 212, foi lançado pelos Estados Unidos na década de 1960 e não é mais fabricado, uma mostra dos efeitos do bloqueio internacional liderado por Washington. Mohammad Mokhber, primeiro-vice-presidente, comandará o país até as eleições presidenciais, em princípio marcadas para 28 de junho. Raisi era o segundo na hierarquia iraniana e favorito para suceder o líder supremo, o aitolá Ali Khamenei, de 85 anos. A morte abre caminho para Mojtaba, filho de Khamenei, que disputava o posto com o falecido. Clérigo linha-dura, Mojtaba cultiva a confiança da guarda revolucionária, responsável por manter o regime de pé e a "ordem social".



Raisi era candidato a suceder o aiatolá Khamenei

Zelensky fica

Na segunda-feira 20, chegou ao fim, oficialmente, o mandato do presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky. A lei marcial imposta em fevereiro de 2022, quando a Rússia invadiu o país, impede, no entanto, a realização de eleições e perpetua a permanência do comediante no poder. Zelensky tem rechaçado as conversas sobre sucessão. Em novembro, afirmou que qualquer questionamento a sua legitimidade seria uma "narrativa (*sic*) hostil". O presidente conta com apoio popular para permanecer no comando até o desfecho da guerra: 69% dos ucranianos dizem confiar em Zelensky, segundo pesquisas recentes.

Justiça/ ASSANGE GANHA TEMPO

CRIADOR DO WIKILEAKS ESTÁ AUTORIZADO A RECORRER DA EXTRADIÇÃO

Após vários reveses, Julian Assange, fundador do Wikileaks, obteve uma vitória na Justiça britânica. Os magistrados Victoria Sharp e Jeremy Johnson admitiram o direito do jornalista de contestar a ordem de extradição para os Estados Unidos, o que, no mínimo, prolongará o processo por alguns meses. Os juízes cobram de Washington garantias "satisfatórias" quanto à possibilidade de Assange invocar a primeira emenda da Constituição norte-americana, uma proteção à liberdade de expressão, e uma negativa da possibilidade de aplicação da pena de morte. Os EUA acusam o australiano de 18 crimes de espionagem e intrusão informática. Em 2010 e 2011, o Wikileaks expôs documentos oficiais com registros de violações de direitos humanos cometidos por soldados norte-americanos no Iraque e no Afeganistão. Caso seja extraditado e julgado com base na Lei de Espionagem de 1917, Assange pode ser condenado a até 175 anos de prisão. Na terça-feira 21, o primeiro-ministro da Austrália, Anthony Albanese, voltou a pedir a libertação do compatriota. "Continuamos a trabalhar em estreita colaboração (com a Justiça britânica) para alcançar este resultado", disse a jornalistas.



Assange: uma vitória entre vários reveses

JACK TAYLOR/AFP, VOX ESPANHA E ATTA KENARE/AFP

A HORA DA VERDADE

GANHA FORMA A DENÚNCIA DA PGR CONTRA BOLSONARO POR TENTATIVA DE GOLPE

por ANDRÉ BARROCAL



O coronel do Exército Marcelo Costa Câmara personificava o "sistema particular" de informações que Jair Bolsonaro dizia ter. Assessor especial do então presidente e um dos escolhidos pelo capitão para auxiliá-lo (pago com verba pública) após o mandato, Costa Câmara tinha a missão no fim de 2022 de monitorar os passos do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. A vigilância fazia parte de uma conspiração para encarcerar o juiz e foi a razão de sua prisão preventiva ter sido decretada em fevereiro pelo STF na Operação *Tempus Veritatis*, a mais contundente ação da Polícia Federal na busca de provas sobre os planos golpistas de Bolsonaro para reverter à força a derrota nas urnas. O coronel acabou solto em 16 de maio, e a ordem assinada por Moraes continha uma informação preocupante para o ex-presidente. Paulo Gonet Branco, o procurador-geral da República, considera que a investigação da tentativa de golpe "encontra-se em via de conclusão".

O procurador-geral é o único autorizado a acusar um cidadão de crime comum perante o Supremo. Como as investigações sobre a tentativa de golpe correm na Corte, o fato de estarem "em via de conclusão" significa que se aproxima o acerto de contas de Bolsonaro com a lei, daí o capitão e seus aliados barganharem votos no Congresso em troca de anistia. Que houve crime nos planos golpistas e que há pistas de culpa do ex-presidente, Gonet não tem dúvida faz tempo. Expressa tal pensamento desde o julgamento de Bolsonaro no Tribunal Superior Eleitoral há cerca de um ano, caso em que atuou em nome da Procuradoria. Quatro dias depois de assumir a PGR, em dezembro passado, havia escrito em um documento enviado ao Supremo: "As medidas requeridas encontram-se fundamentadas na existência de materialidade delitiva e nos indícios de

A INVESTIGAÇÃO DA TRAMOIA ESTÁ EM "VIA DE CONCLUSÃO", INFORMOU O PROCURADOR-GERAL EM 16 DE MAIO

autoria apontados pela autoridade policial". Era um parecer sobre a intenção da PF de realizar buscas e prisões. A operação *Tempus Veritatis*, ou "hora da verdade" em latim, foi às ruas em 8 de fevereiro. Em contextos criminais, "materialidade" quer dizer a existência de provas a respeito de um determinado crime.

Com base em relatos de gente informada a respeito do andamento do caso e em papéis assinados por Gonet, é possível montar um quebra-cabeça e enxergar a denúncia à vista contra Bolsonaro. Os crimes principais a serem imputados ao capitão são tentativa de golpe de Estado (de 4 a 12 anos de prisão) e de abolição violenta do Estado democrático de Direito (de 4 a 8 anos), ambos previstos na lei 14.157, de 2021. O enredo se estende de julho de 2022 a janeiro de 2023. Começa com a disposição do ainda presidente de convencer seus auxiliares no governo e seus partidários de que a eleição seria "roubada", iniciativa encorpada por uma reunião ministerial de 5 de julho e um encontro com embaixadores estrangeiros 13 dias depois. O capítulo final da trama, o "ápice", na definição de Gonet, foi o levante de 8 de janeiro de 2023 em Brasília. Entre um e outro, há os episódios do "bloqueio de rodovias", dos "acampamentos na porta de quartéis", do "decreto golpista", do "vandalismo da sede da PF" e do "plano de atentado a bomba no aeroporto de Brasília".

Em 6 de maio, o Supremo recebeu da 8ª Vara Criminal de Brasília a íntegra do processo de apuração do atentado terrorista. No mesmo dia, encaminhou o cartapácio a Gonet. O procurador havia pedido a Moraes, em 11 de abril, acesso ao material. Ao analisá-lo, entendeu ser



LEOBARK RODRIGUES/MPF E MATEUS BONOMI/AGIF/AFP

Gonet, o procurador-geral, junta as últimas peças do quebra-cabeça





O 8 de Janeiro foi o ápice de uma trama iniciada meses antes. O casal Bremer será julgado por incentivar os bloqueios de estradas catarinenses

necessário que a PF se debruçasse mais profundamente sobre o episódio. Provas ou indícios existentes, escreveu em uma manifestação ao STF, "podem influir na investigação em trâmite no âmbito dessa Corte, razão pela qual está caracterizado o liame de conexão". A "investigação" a que se refere o "xerife" é aquela da tentativa de golpe.

O plano da bomba levou à condenação de três réus pela Justiça Federal em Brasília em 2023. George Washington de Oliveira Souza, gerente de um posto de gasolina no Pará responsável por montar o explosivo, pegou 9 anos. Alan Diego dos Santos Rodrigues, ex-candidato a vereador em Comodoro, cidade do Mato Grosso, pegou 5 anos. Coube a ele fazer o artefato chegar ao aeroporto de Brasília. Wellington Macedo de Souza, blogueiro do Ceará, pegou 6 anos por ter colocado a bomba em um caminhão-tanque de combustível nas imediações do aeroporto em 24 de dezembro de 2022. Só não houve explosão porque o motorista do caminhão encontrou a bomba e chamou a polícia.

Souza foi preso no mesmo dia. Em depoimento à Polícia Civil do Distrito Federal, disse que o objetivo do atentado era induzir Bolsonaro, ainda presidente, a decretar Estado de Sítio e, com o apoio de militares, impedir a posse de Lula. O gerente dedurou Rodrigues, que viria a se entregar à polícia em 17 de janeiro de 2023. Macedo só seria capturado em setembro, no Paraguai. Cumpre pena em regime fechado. Rodrigues está no semiaberto desde novembro e Souza conseguiu o benefício em 18 de maio. O atentado havia sido planejado na porta do QG do Exército em Brasília, um dos inúmeros acampamentos bolsonaristas montados na época da eleição. Acampamentos que, na visão de Gonet, são parte da tramoia golpista.

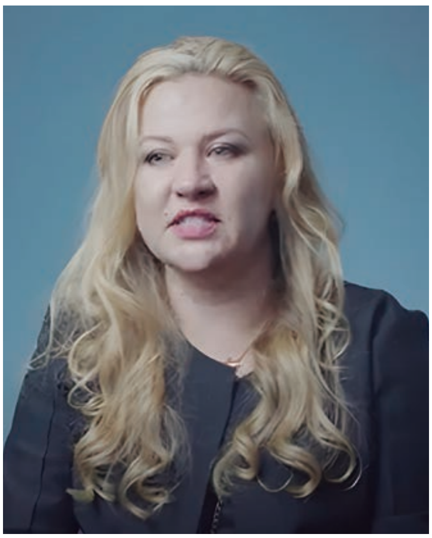
O anúncio do resultado da eleição em 30 de outubro de 2022, diz o procurador-geral, "assanhou o movimento antidemocrático, atiçando a convocação, por meio de redes sociais, de um levante contra o Estado de Direito e o governo eleito. Os grupos iniciaram ações de fechamento de rodovias pelo País e de instalação de acampamentos às portas de unidades militares, como, por exemplo, em Brasília. Os procedimentos se mostravam coordenados e articulados contra a democracia". A descrição consta de uma acusação criminal apresentada ao Supremo na segunda-feira 20 contra um casal de empresários, Horst Bremer Jr. e Lilian Bremer Vogelbacher, e mais sete envolvidos nos bloqueios de rodovias em Santa Catarina. A turma foi acusada de associação criminosa, união de ao menos três indivíduos para cometer delito – não importa se conseguiram – e de tentativa de abolir com violência o Estado Democrático de Direito. A primeira acusação prevê pena de um a três anos de cadeia. A segunda, de quatro a oito anos. Cabe ao Supremo

SE CONDENADO, AS PENAS SOMADAS DE BOLSONARO PODEM CHEGAR A 20 ANOS DE PRISÃO

INÊS 249







ANDERSON COELHO/AFP, REDES SOCIAIS E JOEDSON ALVES/ABR

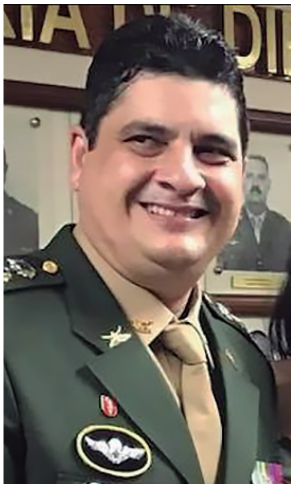
analisar a denúncia e decidir se converte os denunciados em réus ou se será necessário continuar a investigação.

Os acusados participaram de acontecimentos criminosos a partir das oito e meia da noite de 30 de outubro de 2022, conforme a Procuradoria-Geral. Assim que o resultado da eleição foi oficializado, começaram os bloqueios de estradas catarinenses. Até 7 de novembro, 82 pontos rodoviários seriam interditados. Os alvos eram a BR-101, principal rodovia a cortar o País de Norte a Sul, e a BR-470, importante via que chega à cidade portuária de Itajaí. Nas cercanias dos pontos bloqueados, havia banheiros químicos e tendas de venda de água e comida, sinal de financiamento, planejamento e disposição dos manifestantes para protestar por algum tempo. Com gritos e faixas, pregavam o golpe militar, o fechamento do Supremo e a prisão de Lula.

A PF vasculhou redes sociais e outras fontes e examinou nove vídeos sobre os bloqueios. Em uma gravação de 6 de novembro, aparece um casal de empresários a declarar apoio aos atos e a convocar a população a aderir: Bremer Jr. e Lilian. Estes teriam topado dar folga a seus funcionários para que engrossassem os protestos. O coração das empresas do casal fica na cidade de Rio do Sul, de 72 mil habitantes, um dos pontos nevrálgicos das barreiras. Segundo a defesa da dupla, o processo no STF dará oportunidade para os acusados provarem sua inocência. "A compreensão dos fatos delituosos atribuídos a eles não se desprende desse contexto de militância política abusiva e de violenta insurreição contra os resultados das eleições presidenciais de 2022, em que se buscou impedir o exercício da Presidência pelo candidato eleito. O conjunto de atos antidemocráticos chegou ao seu ápice em 8 de janeiro de 2023", anota Gonet na denúncia contra os Bremer.

A "insurreição" foi alimentada por Bolsonaro por meio da desconfiança propagada contra a lisura da eleição e das urnas. É o que pensa o atual PGR desde sua atuação no TSE no processo contra o capitão por conta da reunião com cerca de 60 embaixadores estrangeiros em 18 de julho de 2022 no Palácio da Alvorada. O julgamento terminou em junho de 2023 com a condenação de Bolsonaro a 8 anos de inelegibilidade. Motivos: abuso de poder político, uso da máquina pública em proveito próprio e uso indevido dos meios de comunicação. No discurso aos diplomatas, o candidato à reeleição quis "provar" que o pleito seria "roubado" em favor de Lula. Suas intenções no encontro foram adiantadas a um grupo de ministros em uma reunião secreta em 5 de julho no Palácio do Planalto, cujo teor veio a público em 2024. O encontro no Alvorada foi transmitido pela tevê Brasil, controlada do governo, e o vídeo feito pela emissora foi posteriormente replicado nas redes sociais de Bolsonaro. Ou seja, suas palavras chegaram muito além dos ouvidos diplomáticos.





O coronel Câmara espionava Moraes. O Congresso terá coragem de anistiar os golpistas?

"O chamado à desconfiança nas eleições não rendeu ao candidato a maioria dos votos, mas provocou reações de desabrida e descomedida desconfiança de parcela da população sobre a legitimidade dos resultados das urnas, como jamais se viu desde o advento da Constituição de 1988", declarou Gonet em nome da Procuradoria em 22 de junho de 2023, durante uma das sessões de julgamento de Bolsonaro. "É notório que, depois das eleições, aconteceu uma inédita mobilização de populares que rejeitavam aberta e publicamente o resultado do pleito, recusando-lhe legitimidade. Acampamentos pedindo medidas de ruptura da ordem constitucional, manifestações violentas de rua e bloqueio de rodovias foram promovidos por pessoas que aderiram à ideia da ilegitimidade das eleições. Estão ainda presentes e nítidas as imagens do dia 8 de janeiro último de destruição e de acinte aos poderes constituídos."

Entre os capítulos violentos da trama desenrolada entre julho de 2022 e janeiro de 2023, há mais um digno de nota, a arruaça na capital federal no dia da diplomação de Lula pelo TSE como presidente eleito. Os distúrbios começaram após a prisão temporária, decretada por Moraes, de um indígena xavante e bolsonarista do Mato Grosso, José Acácio Serere, defensor da resistência armada à diplomação de Lula. Fiéis de Bolsonaro tentaram invadir a sede da PF para libertá-lo e, no embalo, cometeram atos de vandalismo na cidade. Duas semanas depois, a PF e a Polícia Civil de Brasília realizaram a primeira fase da Operação Nero, que investiga o caso, e prenderam quatro suspeitos: a publicitária Klio Damião Hirano, os pastores Atilla Reginaldo Franco de Melo e Joel Pires Santana e o empresário Samuel Barbosa Cavalcante. O quarteto frequentava o acampamento na porta do QG do Exército em Brasília, ponto de partida de um enorme contingente de golpistas do 8 de Janeiro.

Em fevereiro deste ano, a PF fez outra batida no âmbito da mesma investigação. Foi às ruas em São Paulo, Brasília e Rondônia. Neste último estado, duas torres de energia caíram, por sabotagem, na madrugada de 9 de janeiro de 2023. Uma terceira tombaria dias depois. Nos quatro casos, um mesmo método, conforme apurações da Agência Nacional de Energia Elétrica, a Aneel, reveladas pela Agência Sporlight com base na Lei de Acesso à Informação: a retirada dos parafusos da base de sustentação das torres.

Os atos violentos dos partidários de Bolsonaro foram acompanhados de um capítulo de bastidor fundamental na acusação à vista contra o ex-presidente. Trata-se da preparação daquele decreto golpista com o qual Bolsonaro anularia o resultado da eleição, faria uma intervenção no TSE e mandaria prender Alexandre de Moraes. Eis o motivo de o coronel Marcelo Costa Câmara, aquele do "sistema particular" de informações, vigiar os passos do juiz no fim de 2022. A PF tem cópias da minuta do decreto. A existência do documento foi confirmada em depoimentos, entre fevereiro e março deste ano, por dois ex-

INÊS 249

-chefes militares de Bolsonaro: o brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Jr., da Aeronáutica, e o general Marco Antonio Freire Gomes, do Exército.

A iminência de um acerto de contas do ex-presidente com a Justiça faz com que ele e seu partido, o PL, tenham empunhado a bandeira da "anistia". No ato na Avenida Paulista em fevereiro, realizado dias depois da Operação *Tempus Veritatis* ter levado ao confisco de seu passaporte e à prisão preventiva de ex-colaboradores, o capitão implorou: "Nós pedimos a todos 513 deputados, 81 senadores, um projeto de anistia para que seja feita justiça em nosso Brasil". A propósito: Bolsonaro pretendia visitar Israel entre 12 e 18 de maio, mas Moraes negou a devolução provisória do passaporte. Gonet, o procurador-geral, opinou contra a devolução.

Na busca por anistia, o PL colocou a reivindicação no meio das negociações de seus votos nas eleições que em fevereiro de 2025 vão escolher os sucessores de Arthur Lira, presidente da Câmara, e de Rodrigo Pacheco, do Senado. O chefe da sigla, Valdemar Costa Neto, tem falado abertamente sobre a barganha. "Vamos colocar isso na mesa, sim. Tanto na eleição da Câmara quanto na do Senado", disse ao *Globo* de 11 de maio. Entre os pré-candidatos à vaga de Lira, o mais, digamos, sensível à tese da anistia é Elmar

ALEXANDRE DE MORAES, EM RESPOSTA À BRAVATA DE EDUARDO BOLSONARO: "O CABO, O SOLDADO, O CORONEL... ESTÃO TODOS PRESOS"

Nascimento, deputado baiano do União Brasil. Bolsonaro não quer nem ouvir falar de voto do PL no paulista Marcos Pereira, do Republicanos, empenhado em cortejar Lula do jeito que pode. Em 15 de maio, Pereira disse nos Estados Unidos ser a favor de uma lei de combate às *fake news*, pesadelo da extrema-direita. Eis a razão do veto de Bolsonaro a seu nome.

O enrosco à vista levou simpatizantes comuns do ex-presidente a tentar até o impossível para salvar o "mito". Em 20 de março, um advogado, Djalma Lacerda, ingressou no Supremo com um pedido de *habeas corpus* preventivo para o ex-presidente não ser preso durante as investigações da tentativa de golpe. Pelo que se sabe em Brasília, é improvável o capitão ir em cana antes de uma eventual condenação. Lacerda não conseguiu o que queria, em julgamento concluído no dia 17. O caso serviu para deixar no ar dúvidas acerca do comportamento do primeiro indicado de Bolsonaro ao Supremo, Kássio Nunes Marques, relator do pedido de *habeas corpus*, que já o havia negado em março. Na terça-feira 21, Nunes Marques foi voto decisivo para extinguir a pena por corrupção aplicada em 2017 ao petista José Dirceu por Sergio Moro na Operação Lava Jato.

Em um seminário sobre inteligência artificial na quarta-feira 22 no TSE, Alexandre de Moraes, de despedida da Corte, comentou: "Todos se recordam que bastava um cabo e um soldado para fechar o STF (...) O cabo, o soldado, o coronel estão todos presos e o STF está aberto e funcionando". Trata-se de uma alusão, irônica, à famosa bravata de Eduardo Bolsonaro, filho do capitão, na eleição de 2018, segundo a qual bastavam um cabo e um soldado para fechar o Supremo.

Como diria Galvão Bueno, a coisa já esteve melhor para Bolsonaro. "Vai se criando um clima terrível", emendaria o locutor. •



ALESSANDRO DANTAS/PT NO SENADO, REDES SOCIAIS, JEFFERSON RUDY/AG. SENADO E BRUNO SPADA/AG. CÂMARA

Souza, Rodrigues e Macedo pretendiam explodir o aeroporto de Brasília

INÊS 249



Prevenir para não remediar

TRAGÉDIA AMBIENTAL Cientistas, organizações civis e políticos se mobilizam por um plano nacional de adaptação climática

POR FABÍOLA MENDONÇA

O cenário apocalíptico produzido pelas enchentes no Rio Grande do Sul é uma reprodução, em larga escala, das tragédias em anos recentes no litoral paulista, na Baixada Fluminense, no sul da Bahia e em Recife. Em todos os casos, há centenas de mortes, milhares de desabrigadas e desalojados e cidades inteiras debaixo d'água. Pior: as cidades brasileiras não estão preparadas para lidar com os efeitos das mudanças climáticas, o que aumenta o risco de desastres frequentes e cada vez mais impactantes. De acordo com um estudo da Associação de Pesquisa Iyaleta, apenas 13,09% dos municípios têm planos de contenção de desastres. Dados divulgados pelo governo federal revelam, por outro lado, que o Brasil possui quase duas mil cidades suscetíveis a calamidades relacionadas a deslizamentos de terras, alagamentos, enxurradas e inundações.

Bahia, Espírito Santo, Pernambuco,

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 26
São Paulo. Deputados aprovam plano de Tarcísio de Freitas para militarizar as escolas paulistas



Juntar os cacos. Eldorado do Sul é uma das cidades varridas do mapa. Em Porto Alegre, começa o trabalho de limpeza após baixar o nível do Rio Guaíba

ALEX ROCHA/PREFEITURA DE PORTO ALEGRE E GUSTAVO MANSUR/GOVRS

Minas Gerais e Acre são os mais suscetíveis à crise climática, com risco maior nas regiões costeiras, diante da iminência do aumento do nível do mar. "A vulnerabilidade é uma realidade na grande maioria das cidades. Ter um tipo de estrutura mínima possível não é suficiente para estar apto à adaptação climática. Não adianta falar de infraestrutura sem ter recursos alocados. O que a gente vê normalmente é esses municípios operando na gestão de desastre, decretando calamidade durante o evento ocorrido, mas sem orçamento para prevenção. A cultura é de trabalhar a gestão de desastre, é de dizer 'aconteceu, não é responsabilidade minha, e eu preciso de dinheiro agora porque a população está morrendo'. Essa é a cultura da gestão pública", critica o geógrafo Diosmar Filho, pesquisador da Iyaleta e um dos coordenadores do estudo *Adaptação Climática: Uma Intersecção Brasil 2022-2024*.

O especialista defende um plano de adaptação à crise climática como política pública. "Criar fundo de recursos públicos e privados e não colocar em prática uma prevenção para adaptação climática financia novos desastres", alerta. Segundo o Greenpeace Brasil, com base na Lei Orçamentária do Rio Grande do Sul, o governo gaúcho destinou para este ano apenas 7,6 milhões de reais a ações da Defesa Civil, dos quais 5 milhões estão previstos para prevenção, resposta, emergência e reconstrução do estado. Quando se considera uma população de quase 11 milhões de habitantes, o valor destinado é inferior a 1 real por morador. "Temos um governador que faz o mesmo que fez o Bolsonaro. Além da responsabilidade pelas mudanças na legislação, essa hecatombe é fruto da falta de manutenção nos diques para evitar enchentes. A única coisa barata, fazer a manutenção, não foi feita", critica Francisco Milanez, presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural.

Apenas 13% das cidades brasileiras êm planos de contenção de tragédias

Com mais de 200 municípios atingidos pelas enchentes e mais de 160 mortes, o Rio Grande do Sul se prepara para a reconstrução. Em algumas áreas, a água começou a baixar e os moradores começam a voltar para casa. O governo federal destinou até o momento mais de 50 bilhões de reais ao estado, valor que inclui operações de crédito, antecipação de benefícios sociais e suspensão temporária do recolhimento de tributos pelas em-

Não é de hoje. As enchentes em São Sebastião, litoral paulista, deixaram 64 mortos. Em Recife, o saldo foi de 140 vítimas





presas afetadas. O presidente Lula anunciou ainda um *voucher* de 5,1 mil reais a mais de 200 mil famílias atingidas pelas chuvas. "O que estamos fazendo aqui espero que sirva de modelo para um outro padrão de relacionamento entre os entes federados. O problema de uma cidade é um problema do governo federal, é um problema da nação", discursou Lula durante visita a São Leopoldo, um dos municípios atingidos pelas chuvas.

Outras medidas anunciadas pelo governo federal são a criação de uma linha de crédito específica à compra de casa própria e a criação do Ministério Extraordinário de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, sob o comando do ministro Paulo Pimenta, que ficará responsável pela articulação com o estado e os municípios. O Rio Grande do Sul irá receber 1,15 bilhão de dólares do Banco dos BRICS para financiar obras de infraestrutura urbana e rural e outros 746 milhões de dólares do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe, destinados a ações de mitigação dos efeitos das inundações. Além disso, a União suspendeu por três anos a dívida do governo gaúcho, uma economia de 11 bilhões de reais, além de zerar os juros da dívida, equivalente a mais 12 bilhões de reais.

Em recente evento em Fortaleza de bancos de mais de 20 países, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, propôs a elaboração de um programa de reconstrução das estruturas públicas e de desenvolvimento dos países latino-americanos diante de possíveis catástrofes do clima. O anúncio foi feito durante a 54ª Reunião Anual da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento. A mobilização

O governo gaúcho ignorou os alertas. Em âmbito federal, o orçamento para prevenção caiu quase 70% desde 2014

para apoiar as vítimas do Rio Grande do Sul acontece desde os primeiros sinais da tragédia e o trabalho de voluntários tem feito a diferença diante dos estragos.

Como resultado desse engajamento, mais de cem entidades da sociedade lançaram a campanha Auxílio Calamidade Climática. O objetivo é pressionar o governo a criar uma política pública permanente de socorro às vítimas de tragédias, não apenas para o Rio Grande do Sul. "Nossa proposta envolve recurso individualizado para atingidos acima de 18 anos no valor de 1,4 mil reais por dois anos e 150

reais para crianças e adolescentes", explica José Moroni, do Instituto de Estudos Socioeconômicos. No caso do Rio Grande do Sul, a campanha propõe um repasse adicional único de 20 mil reais para os agricultores de pequeno porte. Também em resposta à tragédia gaúcha, o Senado aprovou o Projeto de Lei 14.129, da deputada Tábata Amaral (PSB), com regras gerais para a formulação de planos de adaptação às mudanças climáticas. A proposta aponta diretrizes para a gestão e redução do risco climático, a partir da adoção de medidas econômicas e socioambientais. Aprovada pelos deputados anteriormente, o PL será apreciado novamente pela Câmara por causa das alterações promovidas pelos senadores. O deputado Lindbergh Farias, do PT do Rio de Janeiro, também apresentou uma proposta que trata da prevenção de acidentes naturais e mitigação dos efeitos das mudanças do clima. O projeto de lei complementar prevê que os gastos reservados à prevenção e mitigação dos efeitos da crise climática devem ficar de fora da meta fiscal do governo.

Segundo Faria, a verba para despesas de prevenção está pulverizada, o que dificulta a implementação de uma política pública estruturada e concisa, prevalecendo ações pontuais sem garantia de recorrência e continuidade. Em 2014, acrescenta, o orçamento para a área foi de cerca de 8 bilhões de reais, caiu para 1,5 bilhão em 2021 e, atualmente, está em 2,6 bilhões. Para o ambientalista e diretor do Centro Brasil no Clima, Guilherme Sirkis, um plano de adaptação vai além de ações de mitigação dos eventos climáticos. "Quando se fala de adaptação, são vários setores diferentes, desde medidas simples, por exemplo pintar casas de branco que precisam ter o maior conforto térmico, até obras bem caras de infraestrutura, com baixo retorno de investimento, como construção de diques, contenção de encosta e ampliação de faixa de areia de praia", descreve. "Com a crise climática anunciada pelos cientis-

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

AGU assina acordo com *big techs* para combater a desinformação em meio à tragédia gaúcha

A Advocacia-Geral da União e as principais plataformas digitais com operação no País assinaram, na segunda-feira 20, um protocolo de intenções para combater a desinformação em meio ao desastre climático no Rio Grande do Sul. Inspirado nos memorandos voluntários assinados pelas *big techs* com a Justiça Eleitoral no ano passado, o documento estabelece o compromisso das companhias na disseminação de "informação íntegra, confiável e de qualidade" sobre a situação no estado, diz um comunicado da AGU. "Além disso, as empresas colaborarão, na medida de suas capacidades técnicas e institucionais, para tomar medidas com relação a conteúdos que violem a integridade das informações sobre a tragédia climática".

O protocolo foi assinado pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, e por representantes de Google/YouTube, Meta, TikTok, X (ex-Twitter), Kwai e LinkedIn. O governo poderá encaminhar diretamente para as empresas, por meio de canal de comunicação próprio, *posts* identificados como desinformativos. Após recepcionar o material, as plataformas devem analisar se as publicações violam os seus termos de uso e, conforme o caso, aplicar sanções, como remoção de conteúdo ou suspensão de contas.

"Este é um modelo que a gente sempre apostou, o modelo do diálogo", ressaltou o advogado-geral da União durante a assinatura do protocolo em cerimônia realizada na sede da AGU em Brasília. Com vigência de 90 dias, o acordo prevê ainda que as plataformas facilitem o acesso dos usuários a informações oficiais e confiáveis sobre a tragédia gaúcha, incluindo a prestação de serviços públicos no estado. Do mesmo modo, as empresas poderão incluir o assunto em ações próprias de verificação de fatos ou estabelecer parcerias com agências especializadas nessa atividade.

A proliferação de *fake news* relacionadas ao desastre é alarmante. De 1º a 17 de maio, 35% dos pedidos registrados no serviço de checagem de informações do Senado, o "Senado Verifica", tinham ligação com a tragédia. As denúncias incluem boatos sobre desvio de doações, restrições à circulação de caminhões com donativos, número excessivo de mortos e declarações falsas de celebridades. Com imagens catastróficas de desastres naturais ocorridos em anos anteriores e até mesmo de outros países, os mitômanos de plantão chegam a dar orientações à população contrárias ao que é divulgado pelas autoridades, atrapalhando o socorro às vítimas.

Resta saber se as plataformas vão, de fato, cumprir com o acordado. Por se tratar de um protocolo de intenções, não há qualquer sanção prevista caso as empresas se recusem a adotar medidas concretas para combater a desinformação.



Defesa. Messias, da AGU, contra as *fake news*

RENATO MENEZES/AGU, CLÉBER CLAUBER CAETANO/PR E ROVENA ROSA/ABR



Solução. O Parque Orla Piratininga, em Niterói, segue ideias simples e eficazes

FERNANDO FRAZÃO/ABR

tas há décadas, os eventos extremos, com chuvas intensas e graves secas, se tornarão cada vez mais fortes e frequentes. O mundo mudou para pior e não haverá retorno em relação às crises climáticas anteriores. Podemos tentar atenuar um pouco, reduzindo com vontade e rapidamente nossas emissões de gases de efeito estufa, que no Brasil isso tem muito a ver com o controle do desmatamento", salienta Suely Araújo, coordenadora de Políticas Públicas do Observatório do Clima.

Crítica do aumento da produção de petróleo no País, Araújo ressalta: "Temos de reorientar a atuação governamental e das empresas para que se pautem pelo paradigma da adaptação à mudança do clima. É preciso muita recuperação de vegetação nativa, restauração de matas ciliares e da vegetação que protege encostas, afastamento de potencial construtivo de perto da água nas cidades (rios e mar), investimentos expressivos em drenagem urbana. A reconstrução pós-desastre custa muito mais caro do que planejar e adaptar. Precisamos de sistemas de alerta que sejam eficazes nas emergências e planos de contingência elaborados previamente".

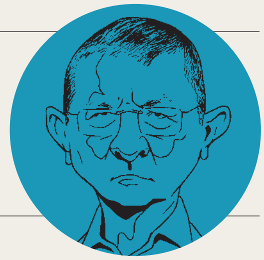
Apontada como a 16ª cidade mais vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas no mundo, segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, Recife viveu situação semelhante a esta do Rio Grande do Sul dois anos atrás, quando contabilizou 140 mortos em decorrência das fortes chuvas que caíram sobre a capital pernambucana. Como forma de evitar uma repetição do desastre, a prefeitura assinou contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento no valor de 2 bilhões de reais. "Teremos obras em todas as áreas de morro e macrodrenagem nas bacias dos rios para mitigar os alagamentos da cidade", diz o prefeito João Campos. No Rio de Janeiro, um levantamento realizado pela Casa Fluminense mostra que, na região metropolitana, um a cada cinco lares está localizado em áreas de alto risco de inundação e deslizamento. "Quando a gente fala disso, não é sobre criminalizar a população que vive nessas áreas. É sobre a tarefa do Poder Público de ofertar moradia popular digna e segura em áreas que não estejam sob risco. É planejar e ofertar moradia popular com acesso à infraestrutura urbana: saúde, transporte, saneamento, educação...", defende Larissa Amorim, coordenadora executiva da Casa Fluminense. "É preciso entender a situação como um todo. O problema é sistêmico e extremamente complexo, porque estamos lidando com variáveis socioecológicas, econômicas, tecnológicas, interesses diversos em várias escalas, e os interesses do meio ambiente jamais são vistos", critica Cecília Polacow Herzog, da Rede de Especialistas em Conservação da Natureza e presidente da Sociedade para Ecologia Urbana.

Reconstruir uma área atingida custa mais do que planejar e adaptar

Herzog defende soluções baseadas na natureza como um processo de mitigação da crise climática. Apontado como um dos mais inovadores e completos parques multifuncionais do Brasil, o Orla Piratininga Alfredo Sirkis, em Niterói, é um caso bem-sucedido de soluções baseadas na natureza. São 35 mil metros quadrados de alagados construídos que, além de realizar o tratamento das águas antes de sua chegada à lagoa, propiciam um ambiente adequado para o retorno da biodiversidade à região, lazer e contemplação para a população local. "A natureza tem as soluções, a gente precisa apenas ouvi-la e, rapidamente, veríamos uma resiliência ampliada e, possivelmente, não teríamos nem enchente, ou, se tivesse, seria algo menor, não arrasando cidades", opina Milanez. "Recuperar uma mata ciliar, uma mata de encosta, não custa nada. É só cercar. É só não deixar entrar bicho ali para quebrar ou comer as árvores que estão nascendo e que os passarinhos semeiam. Nós temos a maior biodiversidade do mundo. Em um, dois anos, está uma mata primitiva que já ajuda a reter muita coisa." •

ALDO FORNAZIERI

Cientista político, professor da Escola de Sociologia e Política e autor, entre outros, de *Liderança e Poder* (Contracorrente)



Tragédia e indiferença

▶ Os brasileiros se mostraram solidários para com o sofrimento dos gaúchos, mas não se mostraram dispostos a lutar por mudanças que mitiguem o aquecimento global e a crise ambiental

As múltiplas tragédias que atingem o Rio Grande do Sul desencadearam uma imensa onda de solidariedade por todo o País. Instituições públicas, privadas e da sociedade civil, empresas e trabalhadores, empregadores e empregados, militares e civis, lojas e faculdades, hospitais e escolas, pobres e ricos, milhões de brasileiros se mobilizaram para doar e arrecadar doações. Milhares se voluntariaram para socorrer as vítimas e fazer resgates de todo tipo.

Tudo isso constituiu um movimento de natureza moral muito positivo. Os sentimentos de humanidade, de compaixão, de solidariedade foram e têm sido exercidos em grau muito significativo. O desejável é que este movimento continue em relação a essa tragédia e a novos eventos, sejam eles provocados por catástrofes naturais ou derivados das mazelas sociais.

As catástrofes ambientais e socioambientais do nosso tempo têm muitas causas. Em sua imensa maioria derivam das ações humanas no planeta e sobre a natureza. O modo pelo qual os humanos produzem e consomem, o sistema de produção capitalista essencialmente depredador, as formas de organização social e os fins éticos das sociedades e dos indivíduos estão na raiz dessas causas.

A crise ambiental é vista também como uma crise civilizacional. Como crise civilizacional, a crise ambiental é a maior crise da civilização no contexto da existência do *Homo sapiens*. Isso porque é a maior ameaça à continuidade da existência da humanidade, das espécies e da biodiversidade em consequência da ação humana. Trata-se de uma crise de magnitude global que incide sobre toda a humanidade.

Apesar de todos os riscos que a humanidade e as sociedades correm, apesar de todas as catástrofes ambientais que ocorrem em todas as partes, os governantes, os governados, os grupos econômicos e sociais manifestam uma enorme indiferença para com a crise ambiental. A tragédia do Rio Grande do Sul é um exemplo. Os brasileiros se mostraram solidários para com o sofrimento dos gaúchos, mas não se mostraram dispostos a lutar por mudanças que mitiguem o aquecimento global e a crise ambiental.

Os movimentos sociais, os sindicatos e os partidos estão inertes diante da crise ambiental. Não se mobilizam e não mobilizam. Trata-se de uma letárgica covardia, uma falta de percepção do momento terrível que a humanidade vive. Talvez esperem por soluções dos governos. Mas os governos estão afundados em suas lógicas políticas e eleitorais e estas pouco conversam com a necessidade de enfrentamento da crise ambiental e da criação de resiliência para enfrentar as catástrofes.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, questionado se não conhecia os alertas acerca da gravidade do que poderia ocorrer, respondeu que sabia, mas que tinha outras agendas. O governador não é exceção. Ele expressa a regra da conduta dos políticos em geral de todos os partidos. A omissão criminosa dos governantes e dos políticos revela o seu conluio com os interesses desmedidos do capitalismo depredador.

No início de maio, o jornal inglês *The Guardian* divulgou uma pesquisa com os 380 principais cientistas climáticos do mundo que apontaram as medidas mais eficazes para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. As cinco mais importantes, pela ordem, foram as seguintes: **1)** escolher políticos que têm propostas ambientais; **2)** reduzir os transportes aéreos, já que os aviões são uma das fontes mais poluidoras; **3)** comer menos carne, pois a sua produção estimula o desmatamento e consome grande quantidade de recursos naturais como solo, água, grão e emite elevada quantidade de metano; **4)** aumentar o ativismo ambiental, pois mudanças dependem muito da pressão da sociedade; **5)** reduzir a taxa de natalidade humana.

A omissão e o negacionismo dos políticos, dizem os cientistas, explica a falta de respostas eficazes do Poder Público para reduzir os impactos catastróficos do aquecimento global. Pesquisas de opinião em diversos países mostram que as sociedades estão mais dispostas do que os políticos para adotar medidas mais duras de proteção ambiental. No caso do Brasil, o Congresso tem adotado medidas de desmonte da legislação ambiental.

Aumentar os protestos climáticos dos cidadãos e dos movimentos ambientalistas é a forma mais eficaz para pressionar os políticos e o Poder Público no enfrentamento das mudanças climáticas. Muitos dos próprios cientistas que responderam à pesquisa declararam que eles mesmos participam de mobilizações e protestos. Precisamos ter consciência de que salvar a vida no planeta depende mais de cada um de nós, da própria sociedade mobilizada e exigente, do que dos políticos. •

alfornazieri@gmail.com

BAPTISTÃO

Cadeira elétrica

RIO DE JANEIRO Cláudio Castro é o sexto governador chamuscado após sentar-se no amaldiçoado trono do Palácio Guanabara

POR MAURÍCIO THUSWOHL

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro retoma esta semana o julgamento que pode levar à cassação do governador Cláudio Castro, do PL, por abuso de poder econômico e político, em processo que atinge também os dois nomes seguintes na linha sucessória estadual: o vice-governador Thiago Pampolha, do MDB, e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Rodrigo Bacellar, do União Brasil. O trio é apontado como o maior beneficiário de um esquema que possibilitou o "pagamento secreto", na boca do caixa, de 220 milhões de reais a pessoas que, segundo a denúncia apresentada pelo Ministério Público Eleitoral, não prestaram qualquer serviço ao governo e, na prática, atuaram como cabos eleitorais.

Em outra frente, esta criminal, Castro teve quebrado seu sigilo fiscal, bancário e telemático pelo Superior Tribunal de Justiça no âmbito de uma investigação na qual é acusado de receber propina e fraudar contratos da Fundação Leão XIII, braço de assistência social do governo fluminense, quando ainda era vice-governador. A eventual cassação ou prisão de Castro dará continuidade à "maldição" do Rio, que teve cinco dos seus últimos seis governadores punidos pela Justiça.

Relator do caso no TRE do Rio, o desembargador Peterson Simão votou pela cassação de Castro, Pampolha e Bacellar. Segundo a denúncia, o governo utilizou indevidamente o Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) para fazer os pagamentos com finalidades eleitoreiras, fato que, segundo o entendimento de Simão, "desequilibrou a disputa em 2022 e favoreceu a reeleição do governador", a quem apontou como mandante do esquema: "Ele era o agente público detentor do poder político que se irradiou em todos os atos".

Para tentar esconder a compra de apoio e votos, Castro autorizou a criação de 27 mil cargos-fantasma no Ceperj e 18 mil na Uerj, diz a denúncia. Após um pedido de vista, o julgamento recomeça na quinta-feira 23, após a conclusão desta reportagem. Se a cassação do governador for confirmada, ainda cabe recurso ao Tribunal Superior Eleitoral. Por ora, a defesa do governador tenta tirar o processo da alçada da Justiça Eleitoral para levá-lo à Justiça comum. "Tudo o que foi dito pela acusação diz respeito a direito administrativo. Esta matéria está posta, sim, mas não na Corte especializada. Não há conexão eleitoral com os fatos ventilados", afirma o advogado Eduardo Damian.

Já no processo que pode levá-lo à prisão, Castro é acusado pela Procuradoria Geral da República por corrupção ativa e passiva, peculato, lavagem de dinheiro, fraude em licitações e organização criminosa. As acusações remontam ao período de 2017 a 2019, quando era vereador ou vice-governador e teria recebido 400 mil reais em propina por faci-



Passivo. Haddad acusa o governo fluminense de violar acordo de recuperação fiscal



RAFA NEDDERMEYER/ABR E DIOGO ZACARIAS/MF

Folha secreta. O relator do processo no TRE do Rio aponta o chefe do Executivo como mandante do esquema na Ceperj

litar fraudes ou irregularidades em contratos públicos: "Há indícios suficientes da participação de Castro como agente político apoiando a atuação ilícita", avaliou o ministro Raul Araújo, do STJ. Em 2019, Castro foi flagrado ao sair de um *shopping* com uma mochila recheada com 100 mil reais em espécie, segundo a Polícia Federal, após reunião com os donos da Sevlog, empresa beneficiária do esquema na Fundação Leão XIII. Em sua defesa, o governador afirma que "a investigação corre há cinco anos sem que nenhum novo elemento tenha aparecido", fato que comprovaria sua inocência.

Um ano e meio após vender a lucrativa Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) à iniciativa privada por 22,6 bilhões de reais e, com isso, turbinar sua campanha à reeleição, Castro também se vê às voltas com o praticamente impagável passivo de quase 200 bilhões contraído pelo governo estadual junto à União. Acusado pelo Ministério da Fazenda de violar o acordo do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o governo do Rio recorreu ao Supremo Tribunal Federal para interromper o pagamento da dívida e segue em negociações com o ministro Fernando Haddad e também com a Advocacia-Geral da União. Em decisão liminar que atende parcialmente aos pleitos do governador, o ministro Dias Toffoli suspendeu o aumento de 30% nas parcelas da dívida e determinou que os pagamentos sejam feitos com base nos valores do ano passado. Com isso, o pagamento a ser efetuado pelo Rio ao longo de 2024 cairá de 9,6 bilhões de reais para 4,9 bilhões. Ainda assim, com ameaça de faltar dinheiro até para o pagamento dos salários dos servidores pairando no ar, Castro vive desgaste redobrado.

> **Além do risco de perder o mandato na Justiça Eleitoral, ele enfrenta múltiplas acusações da PGR na esfera criminal**

"O RRF só funcionou para arrochar o servidor público, os investimentos necessários não foram feitos. No mais, o

que vimos foi uma opção eleitoreira e fisiológica. Não temos hoje nem a Cedae nem os recursos dela", lamenta Izabel Costa, diretora do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação. A sindicalista avalia que o *impeachment* de Castro "é algo muito difícil" por depender de outros atores: "Há um conluio que envolve setores do Judiciário e do Legislativo. Essa é a única explicação plausível para que o governador ainda se mantenha no cargo". Costa não aposta, porém, suas fichas no futuro político de Castro: "Ele corre o risco de chegar ao final do mandato como peça figurativa porque na verdade está sendo sustentado pelos poderes que de fato mandam no Rio". Os movimentos sociais, diz, irão ampliar a pressão para que Castro e seu campo político sejam apeados do poder: "Precisamos de uma alternativa democrática e popular no Rio. Não podemos trocar seis por meia dúzia, seja neste processo atual de *impeachment*, se ele houver, seja no processo eleitoral de 2026".

Para Ricardo Ismael, cientista político e professor da PUC Rio, Castro "conseguiu a proeza de ser reeleito", mas o Estado continua com sérios problemas fiscais. "O governador já gastou o dinheiro da Cedae e está sem margem de manobra, sempre tentando ver se consegue mais alguma negociação com o governo federal para tentar melhorar um pouco o caixa", observa. "Existe precedente de governador que perdeu o mandato por conta da utilização da máquina durante a campanha eleitoral. É claro que a Justiça Eleitoral não vai agir de maneira açodada. Trata-se de um governador eleito no primeiro turno, haverá cautela no julgamento. Mas, se realmente as evidências forem fortes e isso convencer os desembargadores no Rio e depois no TSE, possivelmente vai haver a perda do mandato e a convocação de novas eleições."

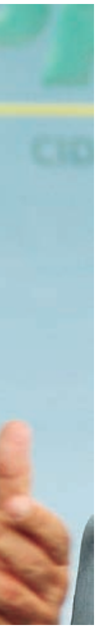
Professora da UFRJ, onde coordena o Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada, Mayra Goulart avalia que Castro torrou os recursos obtidos com a Cedae, mas continua sem ter uma base eleitoral própria. "Ele fica refém da Justiça porque não tem moeda de troca em uma eventual proteção. A sua relação com o clã Bolsonaro não é das melhores e ele não consegue sequer esse apoio vindo de cima. Daí a sua vulnerabilidade em relação a esses dois processos". Goulart ressalta que políticos com pretensão de ampliar a sua atuação no Rio acabam tendo "um certo imperativo" de se aproximar de lideranças políticas de expressão local que se apresentam como uma rede clientelar: "No caso de Castro, isso foi feito de maneira muito exitosa. Ele é um político sem base eleitoral própria, então investiu

Sem renovação de lideranças, o estado está cada vez mais refém do fisiologismo













TÂNIA RÊGO/ABR, MARCOS CORRÊA/PR E ROBERTO STUCKERT FILHO/PR

Atingidos. Cabral, Pezão, Garotinho, Rosinha, Witzel... A lista de governadores enrolados com a Justiça parece não ter fim

muito nessa relação com outros políticos de expressão local e fez a sua trajetória rumo à reeleição a partir de apoios conquistados por meio da distribuição de recursos da privatização da Cedae".

O deputado estadual Carlos Minc, do PSB, classifica como "catastrófica" a situação política de Castro: "A base do governo é uma miscelânea de políticos no que seria um Centrão fluminense, sendo que ao longo do tempo esses políticos, sobretudo os bolsonaristas, começaram a pedir a cabeça de secretários. Conseguiram demitir vários deles e colocar outros indicados por eles próprios, inclusive na área de Segurança. Não tem fundo ideológico ou programático, é ampliar o espaço deles mesmos. Então, a base acaba sendo mais fiel ao Bacellar do que ao próprio governador, e agora ele está completamente enredado com essa questão da contratação de funcionários fantasmas".

Já o deputado Luiz Paulo Corrêa da Rocha, do PSD, avalia que o governador faz o necessário para tentar resolver a delicada situação econômica do Rio junto à União, mas também foi responsável por agudizar essa situação ao transmitir uma falsa realidade em 2022: "Ele podia ter reagido à época. Mas, seis meses antes da eleição, com Bolsonaro como aliado, silenciou ou disse que estava tudo bem financeiramente. O dinheiro da Cedae foi se esvaindo e, quando acabou, o Estado se deu conta de que está quebrado de novo. O governador tinha que ter lutado pelo Rio em 2022".

Se for cassado ou preso, Castro entrará em um clube já integrado pelos ex-governadores Anthony Garotinho, Rosinha Garotinho, Sérgio Cabral, Luiz Fernando Pezão e Wilson Witzel, todos condenados em algum momento. Para Rocha, trata-se de um fenômeno de difícil análise sociológica. "Primeiro, era o financiamento das campanhas, com doações de empresas, um prato feito para irregularidades. Mudou-se a regra, mas o uso da máquina ainda é muito forte. Há também uma visão horrorosa e patrimonialista de não entendimento de que o erário é do povo. Muitas vezes as pessoas estão no poder e administram os bens do Estado como se fossem recursos próprios."

Ismael diz não acreditar na "maldição" que torra quem quer que se sente na cadeira elétrica do Palácio Guanabara. "Há uma crise de renovação de liderança. Com o encerramento do ciclo do PMDB, que durou 12 anos em dois governos do Cabral e um do Pezão, ficou um vácuo político", observa. "Witzel veio de fora do sistema, nunca tinha participado da política e durou pouco tempo. Castro era um parlamentar desconhecido quando foi indicado a vice. O Rio não consegue mais forjar lideranças como no passado, quando havia Brizola, Marcelo Alencar ou Moreira Franco".

Diretor do Laboratório de Estudos sobre Estado e Ideologia da UFRJ, Luiz Eduardo Motta acrescenta que, do governo Garotinho em diante, o Rio passou a sofrer também com o aumento do fisiologismo. "O ocaso do brizolismo deu espaço a setores neopentecostais na política fluminense, seguido pelo surgimento e crescimento das milícias", diz. Motta avalia que o Rio vive um caos estrutural há muito tempo: "Não é uma questão meramente conjuntural. A única solução que vejo é dar uma guinada para um governo progressista. O nome, eu não vou dizer porque não sei". •

Bedéis de luxo

SÃO PAULO Tarcísio de Freitas consegue aprovar seu projeto de escolas cívico-militares no estado, um cabide de empregos para policiais da reserva

POR MARIANA SERAFINI



Com gritos "Viva a PM" e "volta Bolsonaro", uma dúzia de policiais à paisana acomodados nas galerias da Assembleia Legislativa de São Paulo celebraram a aprovação do Projeto de Lei Complementar 9/2024, para a implementação do Programa Escola Cívico-Militar no estado. Do lado de fora, em clima de guerra, centenas de estudantes, professores e manifestantes foram impedidos pela Tropa de Choque de acompanhar a votação – pouco mais de 30 civis conseguiram um assento ao lado dos militares. A proposta, enviada pelo governador Tarcísio de Freitas, recebeu 54 votos favoráveis e 21 contrários, e agora segue para sanção do Executivo. Especialistas alertam, porém, que o modelo é caro e ineficiente, e as escolas militarizadas acumulam denúncias de assédio e violência.

Apresentado em março, o programa é uma promessa de campanha do governador e deve ser implementado já neste segundo semestre. A expectativa é que cem instituições de ensino adotem o modelo até 2026. A Secretaria de Educação aponta, entre os objetivos, "a melhoria da qualidade do ensino com aferição pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o enfrentamento à violência e a promoção da cultura de paz no ambiente escolar". O projeto prevê a criação de um núcleo militar, encarregado da segurança escolar e do desenvolvimento de "atividades extracurriculares de natureza cívico-militar", que atuará em parceria com o núcleo civil, "responsável pela gestão pedagógica e administrativa".

O deputado Paulo Mansur, do PL, revelou que será o próprio secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, quem vai indicar os militares para atuarem no ambiente escolar. Essa é justamente a preocupação do parlamentar Emídio de Souza, do PT, que deu o exemplo das Operações Verão e Escudo, executadas há poucos meses na Baixada Santista, sob o comando de Derrite, e deixaram ao menos 80 civis mortos. "São esses profissionais que irão educar nossos alunos?", questionou.

> **Os monitores fardados podem ganhar até 6 mil reais por mês, três vezes mais do que recebe um agente escolar e acima do piso salarial dos professores**

Pouco antes de começar a votação, sete estudantes que se manifestavam contrários ao projeto foram detidos, e dois deles acabaram feridos pela polícia, segundo a deputada Mônica Seixas, do PSOL. "Se isso que vimos acontecer é um exemplo de como os militares vão agir nas escolas, é extremamente preocupante", alertou. Ela denunciou ainda que tem faltado merenda nas escolas de período integral do estado, e muitas crianças deixam de permanecer nos dois turnos para não passar fome. "Se o governador quer melhorar a educação, deveria investir esses recursos nas áreas que claramente estão defasadas, como a falta de merendeiras e até mesmo de professores em de-



Promessa de campanha. Os colégios militarizados representam mais um aceno do governador à sua base bolsonarista



FRANCISCO CEPEDA/GOVSP

zenas de escolas”. Há problemas mais urgentes, acrescenta o petista Rômulo Fernandes: “11% das escolas públicas de São Paulo não têm pátio, 13% não possuem quadras esportivas e 48% não dispõem de sanitários acessíveis”.

O projeto pretende empregar os militares da reserva para desempenhar uma função parecida à do agente escolar, profissional cuja remuneração atual é 1.878,60 reais. Os bedéis de luxo, no entanto, poderão receber mais de 6 mil reais por mês, se cumprirem 40 horas de jornada semanal, além dos vencimentos

da aposentaria. O valor está acima do piso salarial dos professores, de 5.050 reais. Para o líder do PT na Alesp, Paulo Fiorilo, a proposta soa como um cabide de empregos para aliados do governador. "O impacto educativo vai ser zero, porque eles estão falando de cem escolas em um universo de 5 mil. Parece mais para dar benefícios a alguns policiais aposentados do que qualquer outra coisa."

A colega de bancada Maria Izabel Noronha, dirigente da Apeoesp, o sindicato dos professores do estado, aponta ainda uma contradição no discurso dos bolsonaristas. "Justo quem defendia a tal da 'Escola Sem Partido', agora quer uma escola com militares?", indaga Bebel, como é conhecida. "Isso significa censura ao pensamento crítico. A escola não tem que ensinar princípios policialescos, e sim oferecer formação humanista."

Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Catarina de Almeida Santos estuda a militarização do ensino há mais de 30 anos e considera preocupante o avanço do projeto em São Paulo. "Por princípio, a escola pública deve estar aberta a todos e ter valores universais. Logo, não pode seguir as diretrizes de nenhum grupo religioso, empresarial ou profissional". A escola militarizada, explica a pós-doutora em Educação, tende a negar a individualidade e a pluralidade. "Neste modelo, vão embora os cabelos afros, a cultura afro-brasileira, a cultura *hip-hop*, que é muito característica da juventude. As expressões juvenis, como *piercings* e tatuagens, a efervescência cultural, nada disso tem espaço, porque passa a imperar a lógica dos quartéis, da hierarquia".

Além da ameaça de censura, a professora se mostra bastante preocupada com o acesso de militares à vida das famílias. Assim como o corpo docente, eles terão acesso a informações pessoais das crianças e adolescentes. "Se a escola militarizada vai atender aos mais vulneráveis... Ora, nós sabemos como a polícia age com os vulneráveis. Ela prende, agride, extermina os indesejáveis." Trata-se de um projeto de conservação da estrutura da sociedade brasileira. "Essa sociedade que é patriarcal, machista, misógina, racista, economicamente desigual. É transformar a escola num espaço para manutenção dessa estrutura. Logo o ambiente escolar, que é justamente onde essa estrutura pode ser questionada".



"O impacto vai ser zero, porque eles estão falando de cem escolas em um universo de 5 mil", observa o deputado Paulo Fiorilo, do PT

Atualmente, existem mais de mil escolas militarizadas no Brasil. Segundo a professora, não faltam denúncias de assédio moral e até mesmo de assédio sexual, além de episódios de racismo, sobretudo em relação aos cabelos de alunos negros, de machismo e de homofobia. "A escola é o lugar onde devemos desnaturalizar a intolerância, e não reforçá-la".

O professor da faculdade de Direito Educacional da Universidade Federal do ABC, Salomão Ximenes, também traz relatos de violências. "Colocar homens acostumados a se impor através das armas, pouco afeitos ao diálogo, para lidar com a situação complexa de uma escola, para lidar com adolescentes, com meni-

LUCAS MARTINS @LUCASPORT01, DU AMORIM/GOVSP E LUIS MACEDO/AG.CÂMARA



Retrocesso. Policiais deram uma amostra do que os estudantes devem esperar. Santos, da UnB, alerta para o risco de censura. Já Nogueira Filho, da ONG Todos pela Educação, observa que o programa é caro e ineficiente





nas... é um prato cheio para abusos", alerta, antes de destacar o caráter ideológico do programa paulista. "O objetivo é silenciar determinadas temáticas, negar os direitos humanos, o direito à memória e à verdade. É autoritário, sem espaço para a gestão democrática".

Thomaz Jensen, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, o Dieese, tem assessorado a Apeoesp nesse caso e garante que o programa não tem respaldo na Lei de Diretrizes e Bases e o Plano Nacional de Educação, tampouco no Plano de Educação Paulista. Destaca ainda que a proposta abre caminho para a privatização das escolas. "O projeto estabelece, no artigo 15º, a possibilidade de se firmar convênios, termos de compromisso, acordos de cooperação e outros instrumentos congêneres. E aí não faltam ONGs e organizações da sociedade civil criadas por grupos bolsonaristas, por familiares de militares e até mesmo por policiais para fazer esse tipo de cooperação." No município paulista de Santa Fé do Sul, por exemplo, a escola cívico-militar tem uma parceria público-privada com o Movimento Defenda São Paulo, uma associação civil de direito privado.

A ONG Todos Pela Educação também manifestou-se contra o modelo. De acordo com o diretor-executivo, Olavo Nogueira Filho, não há qualquer evidência para sustentar a tese de que escolas cívico-militares têm melhor desempenho nas avaliações ou no desenvolvimento integral do aluno. O especialista alerta ainda que esse modelo, com custos muito superiores à média das escolas regulares, "drena os recursos públicos". "Dizer que uma boa gestão escolar, do ponto de vista de disciplina e organização, só pode ser feita por militares é sugerir, de certo modo, a falência do profissional da Educação. Um bom profissional de Educação garante, sim, entre outras coisas, disciplina, organização e valores". •

Antídoto contra a desinformação

CAMPANHA Produtores de conteúdo se mobilizam para desmentir *fake news* disseminadas pela Brasil Paralelo

POR FELIPE CASTANHEIRA

Em abril deste ano, a produtora Brasil Paralelo anunciou com pompa ter se tornado "a empresa de mídia mais assinada do Brasil", à frente dos jornais *O Globo*, *Folha de S.Paulo* e *Estado de S. Paulo*, com ao menos 377 mil assinantes ativos, segundo o Instituto Verificador de Comunicação (IVC). Fundada em 2016 e fortemente alinhada ao pensamento do guru bolsonarista Olavo de Carvalho, a empresa também se gaba de ter o "segundo maior" serviço de *streaming* do País, no qual oferece produções próprias, cursos de formação e até filmes de Hollywood, "escolhidos a dedo pela nossa curadoria, com mensagens e valores seguros para toda a família". Parte desse conteúdo também está disponível gratuitamente nas redes sociais e no YouTube, onde ostenta quase 300 milhões de exibições.

Recordista de gastos com propaganda política no Google Brasil até meados de 2022, segundo um relatório de transparência da *big tech* divulgado pouco antes do início da campanha eleitoral, a Brasil Paralelo também acumula problemas na Justiça por semear desinformação no debate público, inclusive durante a pandemia. Investigada na CPI da Covid, a produtora foi poupada no relatório final da comissão após Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, limitar o acesso (e depois ordenar a destruição) dos documentos obtidos por meio da quebra dos sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático da empresa. Nas eleições de 2022, várias publicações com informações falsas ou distorcidas foram removidas ou desmonetizadas por determinação do Tribunal Superior Eleitoral. No ano passado, o ministro Alexandre de Moraes chegou a intimar os donos da Brasil Paralelo para depor à Polícia Federal e esclarecer o impulsionamento de conteúdo contra o Projeto de Lei 2630/2020, o "PL das *Fake News*".

Agora, um grupo de produtores de conteúdo se organiza para contestar a realidade paralela apresentada pela empresa com a campanha "Brasil Parasita". "Nosso objetivo é desmascarar as teorias da conspiração propagadas pela Brasil Paralelo, usando a verificação dos fatos, apresentando pesquisadores, professores e especialistas para contrapor suas mentiras", diz Rodrigo Kenji, historiador formado pela Unicamp e apresentador do canal Normose no Youtube. Por muito tempo, comenta Kenji, quem arriscava fazer esse trabalho acabava intimidado com ações judiciais. "Esse foi um dos elementos que nos fez entender que não podíamos mais atuar isoladamente, precisávamos agir de forma coordenada. Vimos que muita gente queria produzir, mas que havia receio dos processos".

> **Os vídeos com verificações de fatos começaram a ser divulgados no aniversário do golpe de 1964**

A ideia de uma atuação conjunta nasceu ainda em 2023, mas foi sendo maturada nos últimos meses. Em 1º de abril, enquanto a Brasil Paralelo destacava suas produções sobre a Ditadura Militar, o *site* da Brasil Parasita foi lançado e, logo nos primeiros dias, veiculou mais de 30 vídeos no Youtube, Instagram, X (antigo Twitter), TikTok, Kwai e Facebook.

"Depois dos vídeos, muitos fizeram *reacts* sobre o que estávamos falando e isso foi ganhando força. Também tem gente organizada para fazer cortes e divulgar o material pelo WhatsApp e pelo Telegram", diz o administrador do perfil Brasil Para Lerdos. Sua página no X foi precursora em apontar malfeitos da Brasil Paralelo, o que lhe gerou dois processos, um na esfera civil e outro na criminal, motivo pelo qual o ativista pediu para não ser nominalmente citado na reportagem. "Sempre acompanhei as publicações da extrema-direita na internet e, com isso, fui vendo o que era propagado pela Brasil Paralelo, que havia revisionismo histórico e informações falsas. Em 2022, criei a página e passei a postar sobre eles. A iniciativa cresceu e passei a ser procurado por jornalistas e pesquisadores".

A preocupação com a segurança jurídica dos participantes é um ponto central na campanha. Graduado em Direito e dono de um canal de divulgação científica na área, Tassio Denker deu suporte aos



colegas e também fez um vídeo onde explica a forma com que a empresa busca calar seus opositores. "Fui chamado para falar sobre o assédio jurídico, sobre as ações que eles fizeram tanto na imprensa quanto nas universidades e explicar quais os efeitos disso. Ao lançar vários vídeos em uma mesma semana, buscamos demonstrar não apenas coesão, mas também neutralizar essa ação deles".

A publicitária e influenciadora digital Carolline Sardá usou o episódio da série *Investigação Paralela*, que trata sobre a tentativa de assassinato de Maria da Penha pelo então marido Marco Antonio Heredia Viveros em 1983, para evidenciar como age a produtora. Com vídeos que somam mais de 11 horas de conteúdo, a Brasil Paralelo tentou apresentar o agressor como vítima de uma armação para incriminá-lo, conta. "Muitas pessoas, tanto da direita quanto da esquerda, confidenciaram que quase caíram nessa versão falaciosa. Graças ao meu conteúdo, escaparam da desinformação."

Sardá expôs, em mais de 11 horas de gravação, um amplo conjunto de provas e testemunhos que não foram citados pela série. Segundo ela, a Brasil Paralelo prima por uma estética formal e sóbria, tentando passar uma aura de credibilidade, ao mesmo tempo que diz possuir informações novas e exclusivas, mas que foram observadas no julgamento do caso.

Exemplo. Carolline Sardá expôs as falácias da produtora em um episódio que apresentou o agressor de Maria da Penha como vítima de uma armação



A influenciadora notou uma movimentação estranha por parte de militantes da extrema-direita em relação ao crime quando o deputado estadual Jessé Lopes, hoje no PL, recebeu uma visita de Heredia Viveros em seu gabinete na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e fez uma postagem sobre o encontro. "Parece haver uma atuação política coordenada. Logo após essa visita, ele passou a ser convidado para uma série de *podcasts*. Algum tempo depois, surge essa série da Brasil Paralelo".

Os organizadores da campanha explicam que a iniciativa vem ganhando força e uma segunda etapa de produções está em andamento, com o objetivo de destrinchar detalhadamente como funciona a máquina de desinformação. "Hoje, temos mais de 50 produtores de conteúdo unidos para fazer essa nova etapa da campanha. Estamos juntos e não vamos parar", diz Kenji.

A Brasil Paralelo foi procurada pela reportagem, mas não respondeu até o fechamento desta edição. •

A passos de tartaruga

ECONOMIA VERDE O Brasil acumula perdas bilionárias com o atraso na regulamentação do seu mercado de crédito de carbono

POR CARLOS DRUMMOND

A morosidade da regulamentação do mercado de crédito de carbono é o mais novo problema na extensa relação de entraves socioambientais do País, assim como a ausência de crescimento econômico e de ocupação do solo em bases sustentáveis, pregada há décadas e jamais alcançada, em que pese a repetição, no País inteiro, de desastres climáticos, a exemplo da catástrofe que devastou a maior parte das cidades do Rio Grande do Sul.

O mercado de carbono é considerado, internacionalmente, a principal interface entre as políticas públicas voltadas para a redução da temperatura global e a atividade econômica da iniciativa privada. O fato de o Brasil ainda não ter um mecanismo de precificação começa a afetar as exportações, chamou atenção a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na abertura do seminário organizado pelo STJ, com participação do governo federal e do BNDES, em um esforço conjunto para realização de um balanço e identificação dos passos imprescindíveis à formalização legal desse mercado e sua sintonia com as normas internacionais.

Esse mecanismo permite que empresas e países compensem as suas emissões de gases de efeito estufa, que aumentam a temperatura do planeta, a partir da aquisição de créditos gerados por projetos de redução de emissões ou de captura de carbono. Os créditos de carbono são obtidos por meio de projetos para a geração de energia renovável, melhorias na eficiência energética, reflorestamento e captura de metano em aterros sanitários, entre outras iniciativas. O objetivo é transferir o custo social das emissões para os próprios agentes emissores, pressionando-os a reduzir ou mesmo eliminar suas emissões, o que ajuda a conter o aquecimento global e as mudanças climáticas. Se uma empresa poluir menos que o limite estabelecido, ela pode vender essa diferença como crédito para outra que ultrapassou sua cota. Por convenção, uma tonelada de dióxido de carbono corresponde a um crédito de carbono.

Trinta e seis países têm mercados de créditos de carbono regulamentados, enquanto o Brasil engatinha, com projetos em lenta tramitação na Câmara e no Senado. Um exemplo de mercado regulado de carbono no Brasil é o Renovabio, voltado para o setor de combustíveis de transporte e considerado bem-sucedido.

> **O fato de o País ainda não ter um mecanismo de precificação começa a afetar as exportações**

Um dos entraves do projeto em andamento na Câmara é a pequena porcentagem das emissões abarcadas pela regulamentação. O projeto abrange apenas 26% do total de emissões de carbono no País, segundo cálculos do BNDES, em consequência da fixação de um piso muito baixo, de apenas 25 mil toneladas de carbono, para ingressar no sistema brasileiro de emissões. Outro problema é que a regulamentação proposta abarca apenas o mercado regulado, e não inclui o mercado voluntário.

Desenvolver uma regulamentação brasileira para esse mercado é crucial, visto que 48% da capacidade mundial de captura de carbono está no País e a regulação disponível, na maior parte europeia, é inadequada para comercializar os créditos gerados no Brasil, por estar relacionada a uma realidade muito diferente da nossa. "Não podemos perder mais tempo, pois já estamos muito atrasados nisso", dispara Alexandre Betinardi Strapasson, professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB. "Várias oportunidades estão passando, investimentos vão para outros países, quando poderiam estar aqui".

Há quatro desafios no mercado de

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 38

Bolsa. O governo prepara estímulos ao acesso de pequenas empresas ao mercado de capitais



Retardatário. Ao menos 36 nações aprovaram regulações próprias. Se tivéssemos feito a lição de casa até o ano passado, o mercado brasileiro poderia receber 120 bilhões de dólares até 2030. O descaso com a preservação ambiental também cobra seu preço em vidas



ISTOCKPHOTO E FERNANDO FRAZÃO/ABR

carbono que exigem regulação. Primeiro, o Brasil tem potencial de ser o principal fornecedor no mundo de crédito de carbono, sob a perspectiva de oferta de crédito. Tanto em quantidade quanto em qualidade, o País pode liderar, mas é preciso aliar a essa agenda uma demanda constante e isso passa por uma regulação que proporcione segurança jurídica. O segundo desafio é o da certificação. Há poucas certificadoras internacionais e que consideram em sua metodologia uma realidade distinta de emissão de crédito de carbono, porque boa parte dessas certificações foram estruturadas segundo as necessidades de países industrializados do Norte Global. É urgente criar certificadoras no mercado nacional, acreditadas internacionalmente, para atender a realidade doméstica com metodologia adequada. O terceiro desafio é como transformar esses créditos em ativos financeiros diferenciados e derivativos capazes de fomentar uma cadeia econômica de valor. Por fim, o quarto desafio é desenvolver um mercado de garantias, o que contém um enfrentamento do aspecto jurídico, baseado nos créditos de carbono.

Com um piso muito baixo, a proposta debatida na Câmara abrange apenas 26% do total de emissões de carbono no País

O mercado de carbono tem potencial de gerar um grande volume de divisas. Se o Brasil já tivesse aprovado sua regulamentação no ano passado, poderia receber 120 bilhões de dólares até 2030, segundo estimativas da WayCarbon e da Câmara de Comércio Internacional. Há outros benefícios. “Se na perspectiva do sistema financeiro os créditos de carbono puderem ser oferecidos de forma flexível, ágil e segura como garantia para projetos econômicos, isso vai ajudar no financiamento da neoindustrialização”, ressalta Walter Baère de Araújo Filho, diretor jurídico do BNDES.

O Brasil destinou até agora 10 bilhões de reais do Fundo Clima e 250 milhões de reais do Fundo Amazônia para o enfrentamento das mudanças climáticas, mas a insuficiência desses recursos fica ainda mais evidente diante dos volumes de financiamento alocados para o mesmo fim, em moeda equivalente, para a Agenda Verde dos EUA, de 2 trilhões de reais, e para o European Green New Deal, da União Europeia, também de 2 trilhões de reais. O abismo entre os valores mostra, segundo Araújo Filho, a necessidade urgente de apartar do debate fiscal brasileiro os recursos necessários para a agenda de enfrentamento da emergência climática.



Chance. Os créditos gerados podem ajudar a financiar o processo de reindustrialização

O alerta faz sentido. Enquanto países avançados aportam enormes volumes de recursos para conter as mudanças climáticas, o que predomina no Brasil, tanto no debate econômico quanto nas decisões dos políticos, é o fundamentalismo fiscal. Ou seja, a ideia de que o mais importante é o governo obter, em qualquer situação, superávit fiscal, e que isso seja feito com a manutenção da maior taxa de juros real do planeta. “Não se fala em como reconstruir o Rio Grande do Sul, no investimento em estruturas resilientes sustentáveis para prevenir tragédias. Isso é investir na geração atual e na sobrevivência das gerações futuras”, frisa o diretor do BNDES.

Efeitos da não regulamentação do mercado de crédito de carbono irrompem no noticiário com frequência crescente. Na terça-feira 21, o Centro de Análise de Crimes Climáticos, organização



Modelo. O Renovabio, voltado para a descarbonização dos transportes, é um caso de sucesso no cenário nacional

LUCAS NINNO/GOVMT E AUDI MOTORS GROUP

sem fins lucrativos com sede na Holanda, denunciou uma operação que envolve dois grandes projetos de carbono na Amazônia brasileira, com créditos vendidos para Gol, Nestlé, Toshiba e PwC. Os procuradores suspeitam que os projetos podem ter sido usados para obtenção e lavagem de dinheiro proporcionado pela retirada ilegal de madeira de áreas protegidas, segundo denunciou a plataforma Sumaúma. No mesmo dia, a *Folha de S.Paulo* apontou que a Petrobras teria ocultado o contrato de compra de créditos de carbono gerados por projeto cuja área, na Amazônia, teve desmatamento crescente.

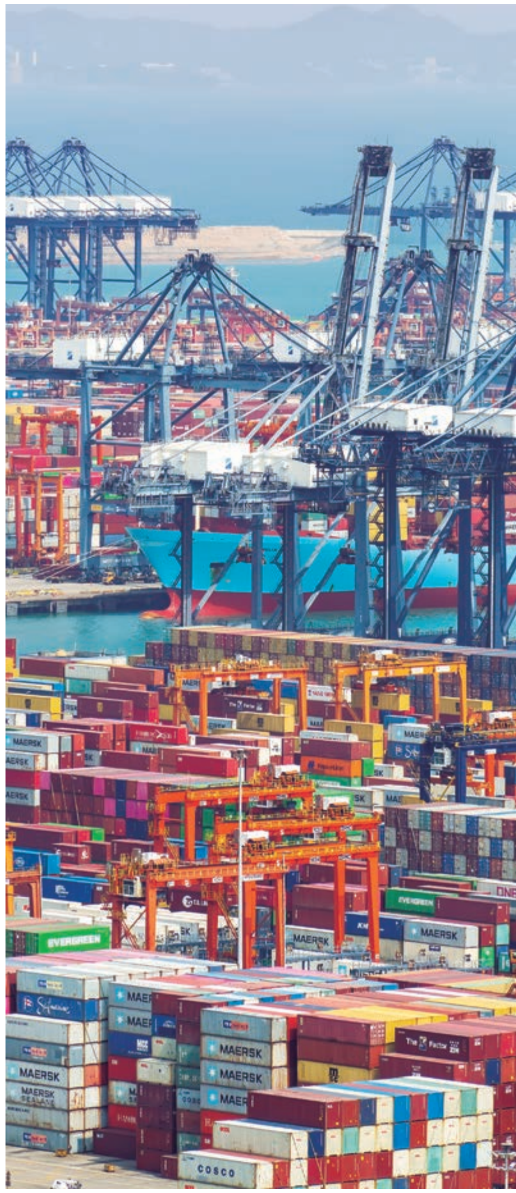
Um exemplo contundente do que o funcionamento pleno do mercado de carbono poderia atenuar, ao estimular a produção e a conservação de cobertura vegetal, é a ocupação irracional do solo. Francisco Milanez, diretor técnico e científico da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, ressalta que muito se comenta sobre a situação do Rio Grande do Sul e a crise climática, mas não se fala "do que mais interessa". Ele elenca seis pontos: **1)** uma floresta chega a absorver 150 a 200 milímetros de água, o que refaz os córregos, as nascentes, o lençol freático e artesiano. Sua retirada acelera a velocidade do fluxo da água da chuva, porque não há mais mata para segurar; **2)** no lugar da floresta, pratica-se agricultura primitiva, copiada da Europa inadequadamente, porque o clima aqui é outro, e compactam o solo. O solo fica mais impermeável, principalmente nas regiões basálticas, onde o terreno é argiloso; **3)** a terra compactada perde a estrutura físico-química, criada pelos microrganismos, e fica como cerâmica. A água não penetra no solo, escorre rápido e provoca enchente, que é uma questão de velocidade da água que chega no rio. Se ela chegasse devagarinho, não dava enchente, porque haveria vazão, mesmo com vento Sul; **4)** a mata ciliar, caso existisse, protegeria grande parte do solo que está sendo arrancado. Como ela não existe mais, o solo que é arrastado vai para o fundo do rio, faz o assoreamento; **5)** o resultado é que com cada vez menos chuva, tem mais enchentes porque os rios estão mais rasos. Não há como dragar os rios de um estado, o que se draga é um trecho de um canal; **6)** o que aconteceu no Rio Grande do Sul não é um problema do volume de chuvas de agora, que é menor do que o volume de água de 1941. A diferença é que os rios estão assoreados.

A destruição ambiental fez a água em menor volume extravasar mais. "É uma construção humana", um fruto do desmatamento, ressalta Milanez. "Há soluções, mas não é o agricultor isolado no campo que irá encontrá-la. É o Estado que tem de ter uma visão para incentivar a mudança." •

Trepidações da globalização

CHINA-BRASIL As novas condições econômicas foram apontadas como o rumo da eficiência, mas só incautos acreditaram

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO



O Centre d'Études Prospectives et d'Informations Internationales (CEPII) arriscou uma investigação cuidadosa a respeito do avanço da China nos mercados globais. Vou reproduzir, com as adaptações necessárias, as observações mais pertinentes do estudo da importante instituição francesa.

Em 2019, a China detinha uma posição dominante na economia global, definida por uma participação de mais de 50% do mercado mundial de exportação de quase 600 produtos. Essa avaliação foi obtida a partir de uma investigação realizada em um universo de classificações comerciais que abrangem cerca de 5 mil produtos.

Isso significa que a China fornece pelo menos metade das importações globais desses produtos. Este número é seis vezes maior do que o número equivalente para os Estados Unidos, Japão ou qualquer outro país. Mesmo a União Europeia, considerada como um todo, não atinge metade desse nível.

O documento do CEPII observa que isso é intrigante, e tem consequências. "De fato, a estreita interdependência econômica, e as relações comerciais em particular, são cada vez mais consideradas pelas lentes da dependência, levantando assim questões de vulnerabilidade. Uma posição dominante, tal como a definimos, é significativa porque implica que os compradores de um bem nos mercados internacionais terão dificuldade em substituir o seu fornecedor por outro."

Vou aborrecer o caro leitor de *CartaCapital* com digressões históricas que, talvez, justifiquem a preeminência chinesa conquistada desde as reformas de Deng Xiao Ping nos anos 80. Essas reformas lançaram a China à liderança industrial já nos anos 90.

Ironias da globalização: nesse período de transformações os Estados Unidos não só pressionaram os parceiros a promover a liberalização das contas de capital como também executaram políticas que favoreceram a valorização do dólar, o que reforçou o movimento de migração da grande empresa para espaços econômicos mais favoráveis à "competitividade".

> O pensamento liberal nega as hierarquias no plano internacional e exalta as virtudes da concorrência

A partir daí o mundo presencia um movimento de profunda transformação na divisão internacional do trabalho. A Ásia se torna produtora e processadora de manufaturas – peças, componentes e bens finais de consumo e de capital. Conforma-se em torno da China emergente uma "mancha manufatureira", grande importadora de matérias-primas. Com a nova divisão internacional do trabalho, a economia nacional americana amplia o seu



ISTOCKPHOTO

TRUNFO. A experiência chinesa combina o máximo de competição – a utilização do mercado como instrumento de desenvolvimento – e o máximo de controle

grau de abertura comercial, passa a gerar um déficit comercial crescente para responder à expansão "mercantilista" dos países asiáticos e avançar na liderança do seu mercado financeiro e de capitais.

Nesse ambiente monetário financeiro, a China executa políticas nacionais de industrialização ajustadas ao movimento de expansão da economia "global". As lideranças chinesas perceberam que a constituição da "nova" economia mundial passava pelo movimento da grande empresa transnacional em busca de vantagens competitivas, com implicações para a mudança de rota dos fluxos do comércio. Os chineses ajustaram sua estratégia nacional de industrialização acelerada às novas realidades da concorrência global.

A experiência chinesa combina o máximo de competição – a utilização do mercado como instrumento de desenvolvimento – e o máximo de controle. Entenderam perfeitamente que as políticas liberais recomendadas pelo Consenso de Washington não deveriam ser "copiadas" pelos países emergentes. Também compreenderam que a "proposta" americana para a economia global incluía oportunidades para o seu projeto nacional de desenvolvimento.

Assim controlaram as instituições centrais da economia competitiva moderna: o sistema de crédito e a política de comércio exterior, aí incluída a administração da taxa de câmbio. Os bancos públicos foram utilizados para dirigir e facilitar o investimento produtivo e em infraestrutura.

O avanço chinês desenvolveu seus propósitos ao longo das transformações estruturais da economia global. No assim chamado período neoliberal, as economias nacionais do Ocidente flutuaram ao sabor da concorrência comandada pela grande empresa submetida à poderosa lógica da finança. As enormes massas de capital lançam-se com fúria às megafusões, à conquista e à "reserva" dos mercados. Mais que nunca, a concorrência capitalista tornava efetiva a sua razão interna, engendrando o monopólio, o que significa impor barreiras à entrada de novos competidores, sejam eles empresas, sejam países.

Há simultaneamente dinamismo e estagnação, avanço vertiginoso das forças produtivas em algumas áreas e setores associados à regressão em outras partes. Há décadas, a China executa políticas nacionais de industrialização ajustadas ao movimento de expansão da economia "global".

As lideranças chinesas perceberam que a constituição da "nova" economia mundial passava pelo movimento da grande empresa transnacional em busca de vantagens competitivas, com implicações para a mudança de rota dos fluxos do comércio. Os chineses ajustaram sua estratégia nacional de industrialização acelerada às novas realidades da concorrência global.

Nessa etapa globalista, as circunstâncias foram desfavoráveis para os sistemas empresariais das regiões que se entregaram a um ajustamento passivo às novas condições econômicas e sociais. Isso foi apresentado aos incautos da Terra de Santa Cruz como o resultado natural e benéfico de uma convergência ideológica, política e econômica na direção dos ganhos de eficiência e de produtividade.

No Brasil, os avatares da globalização revigoraram o pensamento liberal e tornaram predominante o cosmopolitismo liberal que se empenha a fundo nos misteres de borrar as diferenças entre as situações nacionais. Trata-se de ocultar e negar a existência de hierarquias e dominação nas relações internacionais e de exaltar as virtudes regeneradoras da concorrência.

Daí a insistência nos apelos à abertura comercial, ao estímulo à privatização e para combater a "deplorável" ineficiência da indústria nacional, que deve ser disciplinada mediante a maior exposição à concorrência externa.

Tenho a impressão que o presidente americano Biden não concorda. Despejou tarifas pesadas sobre a importação de produtos chineses.

Bolsa acessível

CRÉDITO O governo estuda um modelo para facilitar o acesso das micro e pequenas empresas ao mercado de capitais

POR ALLAN RAVAGNANI

Historicamente, a expansão dos pequenos negócios brasileiros esbarra em uma parede quase intransponível, a falta de crédito para investimentos. Preocupado com essa limitação, o Ministério do Empreendedorismo, Micro e Pequenas Empresas iniciou em janeiro uma discussão interna para desenhar um modelo capaz de facilitar o acesso ao mercado financeiro das companhias de menor porte. Segundo o ministro Marcio França, a iniciativa, ainda em fase de estudos, deve sair do papel em 2025. "Para o ano que vem é uma grande possibilidade, acontece em países como Coreia do Sul e Canadá, mas o processo não é simples, pois a CVM tem critérios muito específicos, precisa de algumas garantias que hoje não existem", afirmou França. Há dois modelos básicos, o de abertura de capital, na qual o mercado financeiro compra uma parte das ações, e a emissão de debêntures, títulos de dívidas das empresas negociados em Bolsa.

Uma das alternativas em estudo para resolver o problema das garantias é as empresas se juntarem em associações, como se fossem cooperativas, e ampliar a atratividade aos investidores privados e institucionais. A ideia é oferecer incentivos para a adesão do mercado a estes papéis, como isenção de Imposto de Renda ao investidor. Segundo França, outra possibilidade na mesa é de que os trabalhadores possam usar uma pequena fatia do Fundo de Garantia – entre 1% e 2% – para este tipo de investimento, que proporciona rendimento acima da média da poupança.

Dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), do Banco Mundial e do Banco Central apontam que, enquanto geram 52% dos empregos formais e contribuem com 30% do Produto Interno Bruto, as micro, pequenas e médias empresas abocanham apenas 18% da carteira de crédito do País. Estudo recente conduzido pela Líber, especializada em financiamentos à cadeia produtiva, quantifica o potencial não explorado para a concessão de créditos às PMEs, que poderia ser duas vezes e meia maior. Em vez dos 195 bilhões de dólares atuais, o montante chegaria a 678,5 bilhões, de acordo com os cálculos da Liber. Ou seja, a demanda reprimida por crédito passa de 480 bilhões de dólares, o que revela a magnitude do desafio. Recém-lançado, o programa Acredita visa suprir parte desse vazio e oferta linhas de financiamento com taxas subsidiadas, além da securitização de ativos imobiliários. Um modelo inovador, mas insuficiente.

Um dos problemas a serem resolvidos é a oferta de garantias aos investidores

Uma das inspirações para ampliar o acesso das pequenas ao crédito é o mecanismo de debêntures de infraestrutura, desenvolvido pelo Ministério da Fazenda e sancionado em janeiro pelo presidente Lula. O instrumento oferece condições especiais para as empresas emitirem dívidas, com a exigência de que os recursos sejam destinados a projetos econômicos focados em pesquisa, desenvolvimento e inovação. O estudo, encaminhado pelo secretário-executivo, Renato Soares, para avaliação da Fazenda, projeta que as debêntures possam ser emitidas tanto individualmente quanto por um grupo de empresas de um setor e localidade específicos.

Segundo França, o ministério pretende criar um fundo garantidor para os investimentos, com limites de até 10 mil reais. "Existem corretoras prontas para esse tipo de operação. Precisamos divulgar, garantir segurança e criar confiança. Investir em uma empresa é um risco, e se não der certo, é preciso ter uma garantia."

O economista Bruno Corano, sócio da Corano Capital, acredita que, se o produto estiver bem estruturado, não será difícil comercializá-lo. "Tem tudo para dar certo". A isenção de IR, diz, é um incentivo importante para aumentar a atratividade do investimento. "Mas, lembrando, o principal vai ser a entrega de um produto bem estruturado e com garantias", reafirma. "Na prática, o funcionamento é muito simples. É nada mais do que a emissão de dívida de uma empresa privada, que pode ser um consórcio, um grupo de empresas, mas, de qualquer forma, é uma dívida privada, que pode ou não ter algum grau de securitização (agrupamento e a conversão de dívidas em títulos padronizados e negociáveis no mercado de capitais) do governo".



MIGUEL SCHINCARIOL/AFP E MARCOS OLIVEIRA/AG. SENADO

O modelo é tradicional, muito simples e muito comum, acrescenta o economista.

A eventual permissão para o uso do FGTS tende a diversificar o perfil dos investidores e aumentar o volume de recursos disponíveis. Resultado: quanto maior a liquidez dos papéis, maior a quantidade de investidores dispostos a comprá-los. "Existem algumas referências internacionais. Eu vou dar o exemplo aqui nos Estados Unidos. Aqui é muito mais fácil uma empresa, mesmo ainda pequena, emitir dívida."

E esse é o grande desafio no Brasil, apontou Corano. Como nos Estados Unidos o acesso ao capital é mais fácil, seja via financiamento bancário institucional, seja por meio da emissão de dívidas, é muito mais simples para as pequenas empresas conseguirem acessar os investidores e colocar seus planos em prática. Além disso, existe um número maior de corretoras e maior aceitação desse tipo de produto. Uma debênture não se compra em um banco de varejo, tradicionalmente só por meio de corretoras de valores. •



Incentivos. A redução do IR de quem comprar ações ou debêntures de pequenas empresas está em discussão, revela França

Para onde caminhamos?

ANÁLISE Se quiser mudar de patamar, o Brasil precisa ampliar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento

POR GUILHERME LACERDA E RICARDO BERZOINI*

A chave para conquistar a modernização é o desenvolvimento da ciência e tecnologia. E, a menos que prestemos especial atenção na educação, será impossível desenvolver a ciência e a tecnologia. Palavras vazias não vão levar nosso programa de modernização a lugar algum; devemos ter conhecimento e pessoal treinado. [...]
(Deng Xiao Ping)

As palavras acima, ditas pelo líder chinês no fim dos anos 1970, indicaram a direção e os instrumentos da profunda transformação da sociedade e da economia do país. Trinta anos depois, aquela economia rudimentar deu lugar a uma nação moderna, com uma ascensão social impressionante, embora persistam enormes desafios para que o desenvolvimento alcance efetivamente toda a população, superior a 1,4 bilhão de habitantes.

A transformação chinesa é possivelmente o maior acontecimento econômico-social contemporâneo, mas não o único. Podemos lembrar também o caso da Coreia do Sul e mais recentemente o do Vietnã, embora em menor proporção. Cada um tem suas especificidades, mas todos possuem em comum uma remodelação efetiva das suas estruturas econômicas, com implicações nos tecidos sociais, deixando para trás sistemas agrários arcaicos. Vejam o que era a Coreia do Sul nos anos 1970 e em que se transformou, em termos de desenvolvimento tecnológico, empreendedorismo econômico e mesmo em difusão de renda.

Esta referência inicial, olhando para alguns casos exitosos de desenvolvimento, é aqui trazida para descortinar a questão sobre o Brasil. Não se trata de sugerir cópias de receitas prontas, mas de demonstrar a necessidade imperativa de perguntar para nós mesmos para onde caminhamos. O que queremos construir? Qual País nossas lideranças políticas, jurídicas e econômicas estão moldando?

Para pensar nosso futuro, precisamos romper amarras e sair do debate cotidiano enredado na miscelânea de movimentos e contramovimentos conjunturais dos mercados, atrelados a um cipoal de disputas paroquiais e corporativas nas arenas políticas.

> Passa da hora de termos um debate nacional sobre o futuro do País

Continuaremos presos aos insossos debates sobre ajustes orçamentários, submetidos a premissas falsamente "científicas", sem estarem sujeitas a questionamentos?

Continuaremos negociando pedaços dos parcos recursos públicos para atender interesses de lideranças regionais, sem dimensionar seus aspectos técnicos e de viabilidade econômica e social?

Continuaremos a conviver com uma infraestrutura deplorável que evolui a passos de cágado e não permite modernizar nossas estruturas de produção e distribuição?

Continuaremos a fazer eternos discursos sobre nossa vergonhosa desigualdade de renda e patrimonial? Um discurso que ressoa a ouvidos moucos como um lamento tosco ao qual não associam os assustadores índices de violência urbana que se normaliza em nosso cotidiano.

As distorções sociais que marcam nossa história não aceitam mais diagnósticos e belos discursos. Esta realidade incômoda que já carregávamos agora se soma a tragédias climáticas que se intensificam e tem o seu ápice na destruição sem precedentes no Rio Grande do Sul.

A conta das transformações dos tempos com o aquecimento global chegou e é pesada. Suas consequências já não são ameaças, mas realidade.

O novo tempo exige uma profunda revisão de prioridades das políticas públicas nos três níveis da federação. Também pressiona para que as lideranças políticas e econômicas se reposicionem nas disputas ideológicas. E será inexorável construir espaços para debater com profundidade ainda não vista as premissas econômicas e orçamentárias que têm garroteado a atuação governamental, com diagnósticos aparentemente assépticos, mas falsos e de consequências malévolas. Referimo-nos ao mito do orçamento equilibrado como um totem em



O País investe em inovação abaixo da média da OCDE

torno do qual todos precisam se curvar.

Foi exatamente o tema da construção de "Um projeto para o Brasil" que esta *CartaCapital* lançou neste mês com um evento em Brasília, em comemoração aos seus 30 anos de atuação destemida em defesa da democracia e de um sistema econômico mais justo.

Vivemos uma especial oportunidade para dar partida à construção de um projeto nacional que finque as bases de um desenvolvimento inclusivo. Todavia, sair da retórica exige atitude que priorize um verdadeiro planejamento social e econômico. Faz tempo, nosso País não se encontra para avançar na direção de metas e propósitos definidos em um planejamento indicativo dos processos e caminhos a serem seguidos. A polarização política aprofundou o desgaste na construção de propostas técnicas abertas ao debate. Falar em planejamento passou a ser coisa de grupos ideológicos que não têm domínio da boa economia. Esta é a visão estreita predominante, apoiada por grande parte da mídia corporativa em editoriais e por articulistas que se confundem com bonecos de ventríloquos. Insistem em comparar orçamento de uma nação com orçamentos domésticos, sem qualquer pudor.

Aqui voltamos ao ponto inicial que mira o desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia em países que cresceram com transformações de suas estruturas sociais e econômicas. Não há outro caminho a não ser o do desenho de uma cruzada nacional em favor do fortalecimento de projetos de futuro com focos maiores na educação, na tecnologia e na inovação, mas todas as ações *linkadas* na efetiva difusão dos seus benefícios para a sociedade nacional.

O Brasil precisa ampliar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, se quiser mudar de patamar no cenário internacional. Estamos muito atrás dos países da OCDE e mesmo de nações em desenvolvimento. Neste século, temos nos limitado a alocar valores próximos a 1% do PIB, chegando a 1,37% em 2015. A Coreia evoluiu nas duas últimas décadas de 2,13% para 4,8% em 2020. A China, ao decidir pela nova etapa do planejamento econômico, passou de 0,89% para 2,4% do PIB. Os EUA superaram os 3,45% em 2020. Alemanha e Japão estão acima de 3% e Israel superou os 5% em 2019. Os países que planejam o futuro dão total primazia aos seus centros de ciência e tecnologia. É claro que, além de gastar mais, é preciso ter estratégia bem calculada para gastar bem.

Passa da hora de se ter um debate nacional sobre o nosso futuro. O que seremos daqui a três ou quatro décadas exige um repensar de premissas e prioridades de todos os agentes públicos e privados, deslocando-se de posições bolorentas que não podem mais ser aceitas. O momento é agora. A solidariedade nacional que se manifesta por todos os cantos revelada no apoio ao povo gaúcho precisa ser adubada e ganhar raízes na organização de um ambiente proativo que projete um Brasil maior, melhor, mais justo, superando os extremos agressivos e repugnantes que tiveram sustentação fácil por vários anos. •

**Guilherme Lacerda é doutor em Economia pela Unicamp. Foi presidente da Funcef e diretor do BNDES. É associado da Veredas Inteligência Estratégica; Ricardo Berzoini foi ministro da Previdência, das Comunicações e de Relações Institucionais. Ex-deputado federal. Aposentado do Banco do Brasil, é sócio da Veredas Inteligência Estratégica.*

CECÍLIA BASTOS/USP IMAGENS



Costas largas

GAZA Protegido pelos EUA, Israel ataca o Tribunal de Haia e os países europeus que reconheceram o Estado Palestino

POR SERGIO LIRIO

O governo de Israel ainda lançava ogivas retóricas em direção ao procurador do Tribunal Penal Internacional que recomendou a emissão de um pedido de prisão do primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, e seus principais ministros por crimes de guerra quando outro gesto simbólico, de maior repercussão e efeito, abriu outro flanco na batalha verbal. Na manhã da quarta-feira 22, em um movimento sincronizado e inédito na União Europeia, Noruega, Espanha e Irlanda reconheceu de forma unilateral o Estado da Palestina. A partir de agora, os três países passam a considerar como violação qualquer conduta que ameace as fronteiras estabelecidas em 1967. "Pedimos um cessar-fogo, mas não é suficiente. O primeiro-ministro Benjamin Netanyahu se faz de surdo e continua a castigar a população palestina", discursou em Madri o *premier* espanhol, Pedro Sánchez. "Netanyahu não tem um projeto de paz. Lutar contra o Hamas é legítimo, mas sua operação coloca a solução de dois Estados em sério perigo. O que faz apenas amplia o ódio". Em Dublin, quase simultaneamente, Simon Harris, líder do governo irlandês, reforçou: "A paz permanente só pode ser garantida com base na vontade livre de um povo livre. Os palestinos em Gaza suportam os mais terríveis sofrimentos, dificuldades e fome. Uma catástrofe humanitária, inimaginável para a maioria e inaceitável para todos se desenrola em tempo real".

Tel-Aviv reagiu como o esperado. O governo israelense convocou seus embaixadores nos três países, gesto prévio a um eventual rompimento das relações diplomáticas, e o chanceler Israel Katz distribui ameaças. "Envio uma mensagem clara à Irlanda e Noruega, não vamos recuar diante daqueles que minam nossa soberania e colocam em riso nossa segurança. Israel não vai aceitar em silêncio, haverá consequências graves. Se a Espanha con-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 44

Otan. A aliança militar ocidental completa 75 anos em meio ao fracasso na Guerra da Ucrânia



Vitimização. Netanyahu volta a confundir deliberadamente as críticas a seu governo com antissemitismo. O massacre em Gaza continua

DEBBIE HILL/POOL/AFP E EXÉRCITO DE ISRAEL/AFP

cretizar a intenção de reconhecer o Estado Palestino, medida semelhante será tomada contra ela", redarguiu. "A decisão de hoje envia uma mensagem aos palestinos e ao mundo: o terrorismo compensa".

Até o fechamento desta edição, na manhã da quinta-feira 23, os Estados Unidos, incansáveis protetores de Israel, permaneciam em silêncio em relação ao anúncio do trio europeu. Quanto à recomendação da promotoria do TPI, o presidente Joe Biden não hesitou em condenar o relatório preliminar do tribunal, apesar da intensa pressão interna, em especial nas universidades norte-americanas, contra o apoio incondicional de Washington ao massacre na Faixa de Gaza. "O que está acontecendo não é genocídio", declarou na terça-feira 21 o democrata, contra as evidências e sob risco de perder ainda mais popularidade entre os eleitores jovens. Antes, por escrito, havia definido a recomendação como "ultrajante" e rechaçado a equivalência entre Israel e o Hamas. Em novembro, os EUA escolherão o próximo presidente. Segundo as mais recentes pesquisas, Biden está atrás de Donald Trump em cinco dos seis estados decisivos nas eleições. Segundo os analistas, a sustentação militar e política à violência desproporcional das tropas israelenses no enclave palestino tem minado as chances de reeleição do atual presidente, a despeito do bom desempenho da economia. Adendo: Trump é mais radical na defesa de Netanyahu. O republicano, que transferiu a embaixada dos Estados Unidos de Tel-Aviv para Jerusalém, é contra a criação de um Estado palestino e defende a expulsão da população de Gaza para o deserto do Sinai.

O relatório de Karim Khan, promotor-chefe do TPI, com o pedido de mandados de prisão contra Netanyahu e equipe e contra os líderes do Hamas por suspeitas de crimes de guerra e crimes contra a humanidade conseguiu um feito inédito nestes oito meses de conflito: uniu as duas partes. Netanyahu recorreu à surrada tática de confundir as críticas ao seu gabinete e às forças armadas com perseguição aos judeus. "Rejeito com repugnância a comparação feita pelo procurador de Haia entre Israel democrático e os assassinos do Hamas. Trata-se de uma completa distorção da realidade", declarou. "Khan ganhou um lugar entre os grandes antissemitas da história". O comando do grupo armado palestino, por sua vez, pediu a rejeição do parecer e afirmou que a procuradoria do tribunal "iguala a vítima ao carrasco".

Para os milhares de palestinos confinados na "ratoeira" de Rafah, na fronteira com o Egito, os anúncios da Noruega, Irlanda e Espanha e o parecer de Khan, embora bem-vindos, não alteram a realidade.

Mais de 800 mil palestinos fugiram de Rafah em uma semana, relata a ONU

As forças israelenses continuam a bombardear o último refúgio na Faixa de Gaza, sob o pretexto de eliminar o Hamas, enquanto Netanyahu ensaia o massacre final. Cerca de 800 mil civis foram forçados a deixar a cidade desde os primeiros ataques de Israel em meados do mês, afirmou Phillipe Lazzarini, chefe da UNRWA, a agência de refugiados das Nações Unidas. Os bombardeios continuam a provocar dezenas de mortes por dia. Foram 83 na segunda-feira 20. "Quando os indivíduos se deslocam, ficam expostos, sem passagem segura ou proteção. Todas as vezes, são obrigados a deixar para trás os poucos pertences: colchões, barracas, utensílios e suprimentos básicos que não podem carregar ou pagar para transportar. Toda vez têm de começar do zero, tudo de novo", descreve Lazzarini.

A violência desmedida das tropas israelenses tem sido justificada pela brutalidade do Hamas nos ataques em 7 de outubro. Os relatos da barbaridade são chocantes e condenáveis, mas, como de hábito, mentiras de guerra – ou ao menos exageros – têm servido como justificativa para o massacre em Gaza. Uma investigação da agência de notícias Associated Press desmente parte das acusações de abuso sexual cometido por militantes do grupo palestino. As denúncias investigadas pela AP partiram de dois voluntários da Zaka, organização israelense de busca e salvamento. Em resposta aos jornalistas da agência, um desses voluntários, Chaim Otmazgin, negou que tenha sido veemente ao descrever o caso de estupro de uma adolescente no *kibutz* Be'eri, uma das histórias que respaldou o revide israelense e gerou debates acalorados e censura aos críticos do governo de Netanyahu ao redor do mundo, baseada no argumento de cumplicidade com terroristas. Em 7 de outubro, o Hamas matou 1,2 mil israelenses e fez 240 reféns. O número de mortos da ofensiva israelense passa de 35 mil. Até agora. •

Água no champanhe

TheObserver O retumbante fracasso na missão de defender a Ucrânia ofusca a comemoração dos 75 anos da Otan

POR SIMON TISDALL

A celebração do 75º aniversário da Organização do Tratado do Atlântico Norte, prevista para julho, em Washington, soará vazia em Kiev. A aliança militar ocidental falhou terrivelmente em seu maior teste desde a Guerra Fria: a batalha pela Ucrânia. É impossível negar o progresso das tropas de Vladimir Putin.

O avanço das forças russas em Kharkiv se aproveita da incrivelmente lenta distribuição de armamentos do Ocidente para Kiev e do medo crônico de seus líderes de que haja uma escalada. A Ucrânia recebe apenas o apoio suficiente para sobreviver, e nunca para prevalecer. Agora, até a mera sobrevivência está em dúvida.

A Ucrânia é a luta global pela liberdade, diz o presidente dos EUA, Joe Biden. "Nosso apoio não pode e não irá falhar. A Grã-Bretanha estará com vocês pelo tempo que for necessário", promete o primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak. No entanto, em campo, a Ucrânia luta sozinha.

A Otan deveria ter agido desde o início de forma robusta para dissuadir a agressão da Rússia. Zonas de exclusão aérea poderiam ter evitado milhares de vítimas civis e limitado os danos às cidades da Ucrânia. As restrições ao uso por Kiev de mísseis fabricados no Ocidente para atacar bases militares e refinarias de petróleo na Rússia foram contraproducentes. As marinhas da Otan deveriam ter imposto cordões defensivos em torno dos portos exportadores de cereais do Mar Negro.

Tudo isso ainda pode ser feito, se houver vontade. O general Richard Shirreff, ex-comandante da Otan, pede uma "mudança fundamental" para uma estratégia mais ativa. Ele tem razão. Mas há poucos indícios de que os políticos estejam ouvindo. Biden e Olaf Scholz, da Alemanha, permitem que a cautela excessiva e míope obscureça os imperativos militares e morais. O francês Emmanuel Macron, deixando de lado o apaziguamento, agora diz que só a derrota russa salvará a Europa. É um pouco tarde, Manu.

Na Grã-Bretanha, Sunak fala hipocritamente sobre riscos de segurança inigualáveis. Ele pode assustar os eleitores do Reino Unido – mas não assusta Putin ou seu facilitador "sem limites", o chinês Xi Jinping. Isso porque, apesar de toda a conversa, assim como a Otan em geral, nem Sunak nem o agressivo secretário das Relações Exteriores David Cameron estão preparados para intervir diretamente para ajudar a Ucrânia a vencer.

> A aliança militar ocidental falhou terrivelmente no maior teste desde a Guerra Fria

A Otan deveria agilizar a adesão plena da Ucrânia em julho, mas não o fará. Os EUA já decidiram contra – e os restantes seguem mansamente. Kiev é vagamente informada de que deve esperar até que "as condições sejam adequadas". A razão real e censurável é o antigo medo de Biden, da época da Guerra Fria, de uma retaliação russa. Será que ele realmente acredita que Putin atacaria o grupo de 32 países da Otan, uma força muito superior? É mais provável que Putin recuasse acovardado.

Anders Fogh Rasmussen, ex-secretário-geral da Otan, tem o pensamento certo. Ele quer que as negociações de adesão da Ucrânia comecem imediatamente – e que Scholz pare de bloquear o fornecimento de mísseis Taurus de longo alcance. "Se você argumenta que não pode fazer um convite à Ucrânia enquanto durar a guerra, você dá a Putin um incentivo para continuar a guerra, para evitar que a Ucrânia entre na Otan."

A situação na linha de frente torna-se crítica, em parte porque a Rússia explorou o atraso, causado pelos aliados de Donald Trump, na entrega de um pacote de armas norte-americanas no valor de 60 bilhões de dólares. O secretário de Estado, Antony Blinken, admitiu isso em Kiev na semana passada. A Ucrânia também tem falta de soldados. As recentes conjeturas de Macron sobre o envio de tropas terrestres foram rejeitadas em Washington e Berlim.

"Os líderes europeus não podem permitir que a disfunção política dos EUA dite a segurança europeia", argumentam os analistas Alex Crowther, Jahara Matisek e Phillips O'Brien. "Eles devem considerar seriamente o envio de tropas à Ucrâ-

INÊS 249



ACERVO/OTAN



Vexame. Os 32 países da Otan, sob a liderança do norueguês Jens Stoltenberg, não conseguiram deter o avanço russo

nia para dar apoio logístico e treinamento, proteger as fronteiras e infraestruturas críticas da Ucrânia, ou mesmo para defender as cidades ucranianas. Têm de deixar claro... que a Europa quer proteger a soberania territorial da Ucrânia."

A questão cabe cada vez mais à Europa, que tem mais a perder. Para além das terríveis consequências da divisão permanente ou da subjugação total da Ucrânia, o sucesso do projeto neoimperial de Putin põe em perigo um grupo de antigas repúblicas soviéticas – a Geórgia é um exemplo vulnerável –, a UE e a segurança europeia.

Se tais cenários se materializassem, a Otan seria sugada de qualquer maneira. Ou não seria? Trump é um curinga. Se ele derrotar Biden em novembro, ex-assessores estão convencidos de que puxará o tapete da Ucrânia e se aproximará de Putin. Eles também acreditam que Trump tentará abandonar a Otan, inicialmente sabotando ou bloqueando operações. A festa de aniversário de julho pode ser a última da Otan.

"Se Trump for reeleito e seguir seus instintos anti-Otan, a primeira vítima será a Ucrânia", escreveu Alexander Vershbow, ex-embaixador dos EUA na Rússia e na Otan. "As consequências desastrosas só começariam aí."

Por que é tão difícil para os políticos ocidentais compreenderem a natureza mais ampla e existencial da ameaça russa? Atritos recorrentes sobre espionagem, sabotagem, assassinatos, incêndios criminosos e *hackers* cibernéticos mostram que Moscou "trava uma guerra contra os países europeus", alertou o especialista em Rússia Edward Lucas. "Como é que a Rússia, um país com economia do tamanho da Itália, consegue atacar todo o Ocidente impunemente? A resposta é que a Rússia não nos leva a sério."

Imagine como os futuros historiadores poderão ver tudo isso. A aliança militar mais poderosa do mundo não conseguiu defender uma democracia europeia vizinha e um Estado soberano independente contra invasões ilegais, destruições ruinosas e crimes de guerra cometidos por um agressor menos poderoso e autoritário. Não se pode confiar na mal conduzida Otan para evitar um desastre de grande alcance na Ucrânia. Então surge a pergunta: para que serve a Otan? Não é só Trump quem está perguntando. Se não melhorarem seu jogo rapidamente, os líderes da aliança deverão cancelar o champanhe – e abaixar a cabeça de vergonha. •

Tradução: Luiz Roberto Mendes Gonçalves.

Crime de guerra

The Observer Três autoridades da Síria enfrentam julgamento histórico em Paris pela morte de dois cidadãos franco-sírios

POR KIM WILLSHER, EM PARIS

À meia-noite de 3 de novembro de 2013, cinco oficiais sírios arrancaram o estudante de Artes e Ciências Sociais Patrick Dabbagh, de 20 anos, de sua casa no bairro de Mezzeh, em Damasco. No dia seguinte, na mesma hora, os mesmos homens, incluindo um representante da unidade de inteligência da força aérea síria, retornaram com mais de dez soldados para prender o pai do jovem, Mazzen. Eles acusaram o conselheiro educacional de 48 anos do liceu francês da cidade de não ter criado seu filho adequadamente. "Vamos ensinar você a educá-lo", disseram, sem esclarecer o motivo da prisão.

Seria a última vez que alguém da família os veria. Quase cinco anos após a detenção, ainda não havia qualquer informação sobre o paradeiro dos cidadãos franco-sírios. Nada até julho de 2018, quando as autoridades emitiram certificados declarando que Patrick Dabbagh tinha morrido em janeiro de 2014 e Mazzen Dabbagh, em novembro de 2017. Nenhuma causa de morte foi informada, e os corpos não foram devolvidos à família.

Na terça-feira 14, três graduadas autoridades sírias serão julgadas em Paris por envolvimento em crimes contra a humanidade e crimes de guerra, ligados ao desaparecimento e morte dos Dabbagh: Ali Mamlouk, de 78 anos, chefe dos serviços secretos sírios e conselheiro de segurança do presidente Bashar al-Assad; Jamil Hassan, de 72 anos, chefe da unidade de inteligência da força aérea síria até 2019; e Abdel Salam Mahmoud, de cerca de 60 anos, diretor do famoso centro de detenção de Mezzeh, onde pai e filho teriam sido detidos. Eles são acusados de cumplicidade em sua prisão, tortura e morte.

Já foram realizados julgamentos de sírios nos Países Baixos, na Alemanha e na Suécia, mas é a primeira vez que figuras do alto escalão, próximas de Assad, serão responsabilizadas. Os acusados não comparecerão ao tribunal, mas ativistas dizem que o caso reforça os apelos por justiça e dá esperança às famílias de mais de 111 mil desaparecidos na Síria desde 2011.

"É histórico porque estas são as autoridades mais graduadas do regime sírio a ser julgadas", disse a advogada francesa Clémence Bectarte, que representa a família Dabbagh. "É importante não só para esta família, mas para muitos outros sírios. Há famílias de pessoas desaparecidas que ainda aguardam notícias de seus entes queridos ou dos corpos dos que foram mortos. Ainda é um problema contemporâneo."

> A acusação pode abrir caminho para a responsabilização de Bashar al-Assad

O conflito sírio começou com protestos e comícios pró-democracia na Primavera Árabe em 2011 e escalou para uma guerra civil, com uma revolta maciça contra Assad no ano seguinte. Acredita-se que mais de 15 mil sírios tenham sido torturados até a morte por funcionários da inteligência síria. Mais de 230 mil civis, incluindo 30 mil crianças, teriam sido mortos no conflito, de acordo com a Rede Síria para os Direitos Humanos.

Apesar da guerra, Assad foi reabilitado no mundo árabe nos últimos 12 meses, convidado para cúpulas da Liga Árabe e reuniões com outros líderes regionais. O julgamento destaca a crescente determinação dos Estados europeus de processar crimes contra a humanidade, crimes de guerra e genocídio sob o princípio da jurisdição universal, que permite aos países julgar os perpetradores independentemente de sua nacionalidade ou do local onde os crimes foram cometidos.

Em novembro do ano passado, a França emitiu um mandado de detenção internacional para Assad pelo uso de armas químicas contra civis. Três outros, incluindo o irmão de Assad, Maher, também foram indiciados pelo uso de gás sarin, proibido por convenção internacional, em dois ataques em agosto de 2013 que mataram mais de mil sírios, incluindo centenas de crianças. Acredita-se que seja a primeira vez que um chefe de Estado em exercício é alvo de um mandado de prisão num terceiro país por crimes contra a humanidade. Espera-se que um tribunal francês decida se a investigação sobre Assad poderá prosseguir ainda este mês.

A França criou uma unidade específica para crimes de guerra em 2012, mas até agora o princípio da justiça universal

PRESIDÊNCIA DA SÍRIA/GABINETE DE SEGURANÇA INTERNA



Assad foi reabilitado no mundo árabe nos últimos 12 meses

tem sido limitado pela exigência de que tanto o acusado quanto a vítima tenham uma ligação tangível com a França, através da nacionalidade ou da residência.

Durante a investigação francesa que levou às acusações contra as autoridades no caso Dabbagh, mais de 20 sírios, na maioria sobreviventes da prisão de Mezzeh, descreveram as condições no local, bem como detalharam a cadeia de comando dos serviços de inteligência na época em que pai e filho foram detidos. Bectarte afirma que o julgamento não seria possível sem seus depoimentos sobre "a terrível realidade dos crimes cometidos nas prisões de Bashar al-Assad".

"Numa altura em que o regime sírio parece sair impune de todas as atrocidades cometidas, é essencial que este julgamento, parte de uma longa luta contra a impunidade, qualifique os crimes do regime e responsabilize seus mais altos membros", avalia a advogada. "O objetivo é que não haja fuga da justiça. Este não será o último julgamento."

Mazen Darwish, do Centro Sírio para a Mídia e Liberdade de Expressão, acrescenta: "Além de Mazzen e Patrick Dabbagh, centenas de milhares de homens e mulheres sírios morreram durante o conflito sírio, especialmente nas mãos do regime de Bashar al-Assad. As famílias deles ainda esperam por justiça." •

Tradução: Luiz Roberto Mendes Gonçalves.

INÊS 249

De dor e esperança

MÚSICA Após um hiato de sete anos, João Bosco lança um novo disco no qual se conecta aos Yanomâmi e apresenta uma canção inédita feita com Aldir Blanc

POR AUGUSTO DINIZ



VICTOR CORREA

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 54

Cinema. A atriz Sydney Sweeney coloca o terror *Imaculada* em outro patamar

Novas rimas. *Boca Cheia de Frutas* traz várias parceiras do artista com o filho Francisco Bosco, filósofo e escritor

***B**oca Cheia de Frutas*, novo álbum de João Bosco, é, segundo o próprio cantor e compositor, "um passo novo numa linha que já vem de muito tempo" e que começou a ser tecida quando lançou sua primeira gravação, a profana *Agnus Sei* (1972), feita em parceria com Aldir Blanc.

"Como músicos, todos estamos sentindo e fazendo música sobre o que nos influencia", diz o artista, em conversa por telefone com *CartaCapital*, para falar sobre esse que é seu primeiro disco de inéditas em sete anos.

No novo trabalho, o artista nascido na zona da mata mineira, em 1946, e radicado no Rio de Janeiro, trafega entre o drama dos Yanomâmi e a lembrança de seu inesquecível parceiro Aldir – morto em maio de 2020, vítima da Covid-19 – sem abstrair a fé, a esperança e a alegria.

A canção que começou a dar forma ao disco nasceu de uma conversa com o filho Franciso Bosco, filósofo, escritor e letrista. Ao ouvir o pai apresentar-lhe uma composição fortemente ligada à terra, Francisco alertou-o sobre as condições dos povos originários no Brasil.

"Ele foi me explicando tudo o que eles vêm passando há muito tempo, mas nada parecido com o que aconteceu no governo anterior, do Bolsonaro", conta. "Esses povos originários sofreram muito com água contaminada de mercúrio, por conta do garimpo ilegal."

A partir dessa conversa, Francisco, que assina sete canções do disco com o pai, escreveu a letra de *O Canto da Terra por um Fio*, "mais próxima da distopia do que a utopia", de acordo com o músico.

No início da faixa, foi inserido o trecho de um canto Yanomâmi, entoado por crianças, encontrado por João Bosco enquanto assistia a vídeos desse povo na internet. Para o músico, os Yanomani representam o sofrimento vivido pelos indígenas no País nos últimos anos.

O Canto da Terra por um Fio tem João Bosco ao violão, acompanhado somente do violoncelo de Jaques Morelenbaum, em um som dramático, integrado à canção indígena da abertura e aos versos como um pedido de socorro à floresta: *Foi quando o rio viu a sua vida por um fio/ Sentindo asfixia nas suas veias gigantes/ Mergulhou fundo, terra abaixo, no rumo do mar/ Pra viver, foi pra viver, foi pra viver sem fim.*

"Em função desse processo, fiz também uma releitura de *O Cio da Terra*, uma canção que tem essa maturidade, do relacionamento do homem com a terra, e fala de tudo que ela nos dá", explica João, sobre a obra-prima de Milton Nascimento e Chico Buarque tornada a última faixa do disco. Ao fim de *O Cio da Terra*, ouve-se, novamente, a canção Yanomâmi, mas dessa vez em um trecho com tom positivo e esperançoso.

Em *O Cio da Terra*, o canto volta efusivo, ritmado, percussivo. "É como se prevíssemos uma vida nova, um futuro promissor, que é o sonho da gente sobre o Brasil", descreve, para logo em seguida explicar que o título do disco, *Boca Cheia de Frutas*, é a tradução de um verso do canto Yanomâmi apresentado na faixa de encerramento. "Essa questão de boca cheia de fruta é muito emblemática. Ela nos traz a ideia da diversidade brasileira, os sabores diversos. Essas crianças cantam uma nação."

> "Fiquei tentando imaginar um Aldir que não está mais aí. E comecei a pensar no Aldir das coisas que ele gostava", diz, sobre a faixa *E Aí?*

A temática da terra – e de quem são seus verdadeiros donos – está presente também em *Buraco*, sétima faixa do álbum, outra parceria do músico com o filho. A composição remete à história do indígena cuja tribo foi dizimada e que, depois disso, passou a viver isolado. "Esse indígena do buraco representa grande parte do País", diz. "Ele foi encontrado morto (em 2022) em um tapiri."

"A gente vive num país de desigualdade única, absurda e que preserva isso de forma intolerável", critica João. "Temos pessoas que não são visíveis. Já passou da hora de se pensar que o saudável para a nação é buscar uma forma mais digna para essa população."

O álbum *Boca Cheia de Frutas*, lançado pela Som Livre, é ainda o primeiro no qual João Bosco pôde relembrar e reverenciar Aldir Blanc. A quarta faixa é uma música inédita da dupla e tem uma história curiosa.

Ao folhear *Aldir Blanc, Resposta ao Tempo – Vida e Letras* (2013), de Luiz Fernando Vianna, na noite de lançamento do livro, João viu uma música chamada *E Aí?*, assinada por ele e Aldir. "Quando li aquilo não me lembrei dessa música e o Aldir estava vivo", conta. O tempo passou e a composição foi esquecida.

Em um encontro com Vianna, depois da morte de Aldir, João lembrou-se novamente de *E Aí?*, que nunca tinha musicado, embora o livro indicasse que sim. Em contato com Mary, ex-mulher do compositor, resgatou a letra, confirmou tratar-se da mesma publicada, pôs melodia e gravou-a no disco.

A única vez em que havia feito isso depois da partida do companheiro tinha



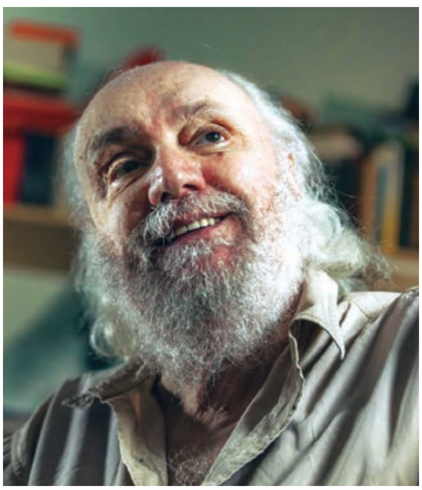
sido em um álbum póstumo, *Aldir Blanc Inédito* (2021), que traz canções do letrista com vários compositores. Nesse trabalho, só uma parceria exclusivamente de João e Aldir aparece: *Agora Eu Sou Diretoria*, feita de fragmentos de letras de samba encontrados por João.

O melodista, aliás, diz estar em seus planos garimpar, nos inúmeros e longos *e-mails* trocados com o letrista, versos e poesias que possibilitem a criação de novas canções de ambos.

O processo de musicar *E Aí?* para o recém-lançado trabalho é repleto de referências. "Fiquei tentando imaginar um Aldir que não está mais aí. E comecei a pensar no Aldir das coisas que ele gostava", exprime. O músico lembrou do disco *Vida Noturna* (2005), o único em que o letrista canta todas as faixas.

"Começo a canção com um assovio que é a maneira como se inicia o *Vida Noturna*. Depois, introduzi no meio, com o piano (executado por Cristóvão Bastos), a canção *Tive Sim*, do Cartola. O Aldir gostava muito de cantá-la", recorda, antes de pontuar o que torna essa canção especial dentro da extensa obra da dupla.

Homenagens. O novo disco traz, em duas faixas, um canto entoado pelos Yanomâmi. Aldir (*abaixo*) é relembrado em uma letra que havia deixado por musicar



"É uma letra que não tem aquela coisa ácida, ardilosa, perspicaz e sarcástica do Aldir", diz. "Ela tem um contratempo de coisas que não dão certo, como uma delicadeza que não era comum no Aldir." A parceira está presente ainda, em forma de homenagem, na décima e penúltima faixa do disco: *Gurufim*, nome de um ritual praticado em velórios no qual toca-se samba.

"Aldir foi um dos nossos grandes letristas, e tinha uma visão sem igual de Brasil", diz.

"Nosso trabalho, desde o princípio, veio nessa linha de falar das pessoas simples, comuns, que são brasileiros de grande potencial criativo", define. Foi esse o caso de João Cândido, da Revolta das Chibatas, o marinheiro negro que inspirou a canção *O Mestre-sala dos Mares* (1974): "A Marinha brasileira tem dificuldade até hoje de aceitar esse marinheiro, a sua história".

Outro homenageado do álbum *Boca Cheia de Frutas* é Tom Jobim. "Fui muito amigo dele", conta. "Essa homenagem é por causa de um disco que tinha quando morava em Ouro Preto, o *The Composer of Desafinado* (lançado em 1963, primeiro álbum do maestro). É emblemático. É instrumental. Ele toca piano", afirma. A canção se chama *SobreTom* e tem arranjos bossanovísticos.

Aos 77 anos e após um longo interregno, João Bosco apresenta um grande disco – que é dele, em primeiro lugar, mas carrega consigo muitos outros brasileiros. •

ROBIN HANDBURY-TENISON/ROBERT HARDING HERITAGE/AFP E MICAEL HORCHMAN

Um melodrama exemplar

LITERATURA ROMANCE GANHADOR DO PRÊMIO STREGA ACOMPANHA A CONTRADITÓRIA VIDA DE UM MÉDICO ITALIANO

POR ALYSSON OLIVEIRA



O COLIBRI

Sandro Veronesi. Tradução: Karina Jannini. Autêntica Contemporânea. (336 págs., 74,90 reais)

Sandro Veronesi é um escritor que constrói suas narrativas sem que percebamos os fios por ele mexidos. Quando o leitor se dá conta, um tsunami emocional já tomou conta do livro e de quem o lê. É assim também em *O Colibri,* recém-lançado no Brasil.

O colibri do título é o protagonista Marco Carrera, um oftalmologista que, quando criança, ganhou esse apelido por ser muito miúdo – depois, ele passaria por um tratamento revolucionário que aumentaria sua estatura. É ele o centro da narrativa que percorre passado, presente e futuro.

Casado com Marina, uma mulher infiel que acaba enlouquecendo, ele ama mesmo é sua namorada de juventude, Luisa, filha dos vizinhos, com quem seus pais eram brigados. Eles tiveram um romance conturbado e, no momento em que a história se passa, os dois, adultos, trocam cartas e *e-mails* e têm eventuais encontros em Paris, onde ela mora.

Os pais do protagonista são outras figuras de peso. A história deles é contada, de forma fragmentada, desde quando Marco, seu irmão e sua irmã eram pequenos, até o momento em que o casal morreu, de câncer, com pouco tempo de diferença.

Há também sua filha, a quem ama irrestritamente, e que morre em um acidente fatal. Resta a ele então a netinha, considerada um pequeno milagre, "o homem do futuro" – sim, o homem do futuro é uma mulher.

A saga é contada de forma quase barroca, que não deixa claro, por exemplo, o tempo no qual a narrativa se passa. Alguns fatos são anunciados de passagem para, apenas mais adiante, serem narrados detalhadamente. Veronesi cria, com esse jogo, uma teia de relacionamentos entre personagens cujas vidas – com suas inevitáveis complexidades e contradições – nos são apresentadas aos poucos.

Outro personagem marcante, embora discreto, é Daniele Carradori, ex-psicanalista de Marina, com quem Marco acaba travando uma amizade inusitada ao longo dos anos. O relacionamento deles tem ares fraternos, e o analista funciona quase como a consciência do protagonista, fazendo-o ver coisas que, sozinho, ele provavelmente não enxergaria.

Ganhador duas vezes do Prêmio Strega – por esse romance e por *Caos Calmo,* de 2005 – Veronesi é um dos principais nomes da literatura contemporânea de seu país. O viés humanista de seus livros eleva o melodrama a outro patamar. •



MARCO DELOGU

Saga familiar. O escritor Sandro Veronesi envolve o leitor em um redemoinho emocional

Por dentro do evangelho

LIVRO A jornalista Anna Virginia Balloussier busca, em *Púlpito*, compreender como tantos evangélicos foram arrebatados pelo bolsonarismo

POR PAULO CEZAR SOARES

Houve um tempo, no Brasil, em que o pastor evangélico impunha respeito e, entre os fiéis, admiração. As mensagens bíblicas eram elaboradas e pregadas com paixão e alma, sem a manipulação do texto bíblico visando interesses próprios. A pregação, momento singular do culto, era valorizada.

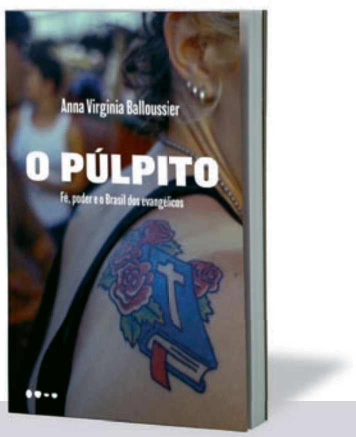
Passadas três décadas da expansão das igrejas evangélicas e da população crente, o que temos, de modo geral, são mensagens preparadas via redes digitais e igrejas lotadas, mas vazias de conteúdo bíblico.

Além disso, o fundamentalismo grassa na maior parte das denominações e, não raro, os pastores dão uma ênfase literal a textos poéticos ou fazem o contrário, tratando como metáfora o que é literal. Distante do conteúdo bíblico, essas igrejas tampouco são capazes de contribuir para as transformações sociais.

No livro *O Púlpito – Fé, Poder e o Brasil dos Evangélicos,* a jornalista Ana Virginia Balloussier oferece ao leitor uma cosmovisão do universo evangélico brasileiro, presente nos veículos de comunicação, nos produtos culturais, na internet, e no governo de Jair Bolsonaro, que teve, como se sabe, apoio maciço dos evangélicos.

A autora constrói sua narrativa por meio de um conjunto de entrevistas realizadas tanto com pastores famosos – como Silas Malafaia, Edir Macedo, Valdemiro Santiago e o casal Estevam Hernandes e Sonia Hernandes – quanto com evangélicos anônimos.

Por meio dessas falas, Anna Virginia permite que o leitor acompanhe as transformações econômicas e ideológicas ocorridas no meio evangélico – como a questão do dízimo e as pautas de caráter comportamentais – e, por consequência, na própria sociedade brasileira.



O PÚLPITO – FÉ, PODER E O BRASIL DOS EVANGÉLICOS

Anna Virginia Balloussier. Todavia (205 págs., 69,90 reais)

As igrejas evangélicas possuem suas raízes na cultura estadunidense e uma estrutura de culto e certos padrões de comportamento que nada têm a ver com a realidade brasileira. No passado, pastores esclarecidos, e preocupados em pregar de forma clara e objetiva para o povo, tentaram aproximar a igreja das lutas populares, por meio da Teologia da Libertação – que é mais conhecida por sua vertente católica, mas existiu também no protestantismo. Foram, no entanto, coibidos pelo golpe de 1964.

Esse movimento, que se deu no contexto do continente latino-americano e tinha um viés de esquerda, teve como marco a Conferência Nordeste, realizada em 1962, em Recife, e que foi organizada por Rubens Alves (1933-2014) e Richard Shaull (1919-2002), pastores presbiterianos. A guinada evangélica do País, nos anos que se seguiriam, seria, no entanto, totalmente à direita.

"Líderes neopentecostais, pentecostais e históricos – e nem gosto mais de usar esses rótulos de forma tão estanque – apoiaram em peso Bolsonaro. Me interesso em tentar compreender como chegamos até aqui", diz Anna Virginia. "Como tantos evangélicos, lembrando que a maioria do segmento é feminina, negra e pobre, foram arrebatados pelo discurso bolsonarista? E por que a esquerda não tem conseguido falar com esse eleitorado? Será que isso não envolve um tanto de preconceito contra 'os crentes' e certa incompreensão mesmo, de não conhecer, por exemplo, a linguagem deles?"

A autora ressalta que os evangélicos bolsonaristas não inovaram ao tentar embasar suas convicções com justificativas cristãs. "Lembremos da



Os grandes cultos e a tevê fazem parte do novo modelo da fé

PREFEITURA DE SANTANA/GOVAP

marcha que evocou Deus e a família antes do golpe de 1964, num Brasil onde o catolicismo ainda era soberano", recorda ela. "Ou de tantos papas coniventes com atrocidades ao longo dos séculos. A Igreja Universal, na Venezuela, apoia Maduro, que tem buscado respaldo evangélico para manter sua ditadura".

Anna Virginia lembra que a estratégia evangelizadora ganhou novos ares em 1980. Ela cita televangelistas do Hemisfério Norte, como o norte-americano Jimmy Swaggart, primo do cantor Jerry Lee Lewis que impactou uma legião de pastores, e do bispo canadense Robert McAlister, que acabou por mudar-se para o Brasil.

McAlister trouxe para o País o que seria o berço da Igreja da Graça de Deus e da Universal do Reino de Deus, considerada por muitos como não uma igreja, e sim uma seita e que, desde sua criação, tem o objetivo de dominar a comunicação e a política.

Esse novo modelo de "fé" fez com que líderes brasileiros, como Malafaia, passassem a adotar "instrumentos antes repudiados como aliados da causa evangélica". O principal deles foi a compra de horários nas grades de tevê para, por meio do mais popular meio de comunicação do País, disseminar seus princípios. E foram assim ativando, de pregação em pregação, o que o sociólogo da religião peruano José Luiz Perez Guadalupe chama de "combo teológico".

> A autora entrevista pastores famosos e fiéis anônimos para dar voz e rosto a esse vasto universo

No lugar da Teologia da Libertação, passamos a ter, como bem demonstra o livro *Púlpito*, a Teologia da Prosperidade, a Teologia da Guerra Espiritual e a Teologia do Domínio.

O que o livro também busca deixar claro é que o universo evangélico – aí incluídos pastores e fiéis – não forma um bloco coeso e monolítico. Ou seja, sempre haverá pastores sérios, que praticam um evangelho ético e libertador, seguindo o que o apóstolo Paulo ensinou em 1 Coríntios 14.3: edificar, exortar e consolar. •

A autonomia do corpo

TheObserver A atriz Sydney Sweeney torna *Imaculada*, terror com um quê de filme B, um projeto divertido e provocante

POR RADHEYAN SIMONPILLAI



Algumas estrelas de cinema desaparecem por detrás de seus papéis. Mas esse não é, definitivamente, o caso de Sydney Sweeney. A presença familiar e a aura *pop* da atriz das séries *Euphoria* (2019) e *The White Lotus* (2021) e do longa-metragem *Todos Menos Você* (2023) é tão grande que ameaça atropelar seus personagens.

Tampouco ajuda para a desconstrução de sua marca cultural o fato de Sydney nunca – ou muito raramente – mudar seu sotaque típico da geração *millennial* ou sua maneira cativante e tímida de agir. Isso tudo praticamente desfaz a ilusão da ficção e convida à fusão entre sua imagem pública e as figuras que ela interpreta.

Em alguns filmes, isso poderia ser uma desvantagem. Mas *Imaculada,* um pequeno retorno divertido e desagradável a *O Bebê de Rosemary* (1968) e a filmes de crime como *Suspiria – a Dança do Medo* (2018) se torna ainda melhor pelo significado dessa presença.

Sidney, que por muito tempo tentou esquivar-se de um papel no estilo "rainha do grito" – termo utilizado para designar atrizes associadas ao terror – veste agora o hábito de uma jovem freira virginal, a irmã Cecilia. Após engravidar misteriosamente, ela é aprisionada no convento por irmãs raivosas que passam a acreditar que ela seja portadora da segunda vinda de Jesus Cristo.

O filme, em cartaz nos cinemas brasileiros a partir da quinta-feira 30, é, essencialmente, uma história sobre forças nefastas que se sentem detentoras do direito de dar, ao corpo de uma jovem, o significado que quiserem. É um papel que Sydney, com toda a atenção que atrai por suas medidas *sexy* clássicas, pode conscientemente exercer.

Seu papel estelar na festa traumática que é *Euphoria* é um comentário sobre a objetificação que, ao mesmo tempo, contribui para sua própria objetificação – a atriz, ao que se sabe, teve de se colocar contra algumas das várias cenas de nudez que Sam Levinson, o criador da série, escreveu para ela.

Em março, Sydney esteve no programa de TV *Saturday Night Live* e zombou de como os olhos que a observam tendem a se dirigir para o "sul" numa peça em que interpretou uma garçonete da rede Hooters que se destaca no trabalho por seu físico.

> **O modo como a freira Cecilia se opõe ao patriarcado parece fundir atriz e personagem em uma coisa só**

Um colunista de direita reivindicou recentemente o corpo da atriz, escrevendo no jornal canadense conservador *National Post* que sua gostosura era a morte da "consciência desperta". Aparentemente, os esquerdistas instintivos, que democratizam os padrões de beleza, não suportam nada maior que um sutiã médio.

Com tudo isso em mente, a luta de Sydney Sweeney pela autonomia do corpo contra os fanáticos religiosos em *Imaculada* transcende a tela de uma forma que a maioria dos filmes B como esse só poderia almejar.

Conhecemos a irmã Cecilia de Sidney quando ela viaja para a Itália. Dois agentes de fronteira são os primeiros a obser-



Sydney, estrela das séries *Euphoria* e *The White Lotus*, veste o hábito de uma jovem irmã virginal que engravida misteriosamente

vá-la de cima abaixo. Eles fazem comentários, em italiano, sobre o desperdício que é aquela jovem dedicar seu corpo a Cristo. Cecilia, embora ainda não tenha aprendido o idioma, entende a intenção deles. Seu comportamento piedoso e reservado parece ser sua resposta.

Cecilia está se mudando para um convento na zona rural da Itália, que serve como lar de idosos e cuidados paliativos para freiras mais velhas, em busca de seu propósito espiritual. A morte está no ar antes mesmo de *Imaculada* encontrar as sombras assustadoras que se agitam na noite e começar a lidar com as freiras em cenas violentas que o diretor Michael Mohan apresenta com uma intensidade de revirar o estômago.

Imaculada não está acima dos prazeres mais baixos que um filme de exploração sexual de freiras pode oferecer. Trabalhando a partir de um roteiro de Andrew Lobel, Mohan deleita-se com simples sustos, desfigurações corporais e os mais antigos clichês do gênero.

Esses momentos podem ser tanto risíveis quanto revigorantes. Não há aqui a seriedade opressiva da tendência ao "horror elevado". Há, ao invés disso, o abandono descontrolado a um festival de baixaria. Mohan parece se sentir à vontade e feliz em ficar à sombra de suas influências, altas e baixas – de *Suspiria* a *Mulheres Perfeitas* (2004).

Mas a direção de Mohan também traz lembranças dos trabalhos de Jaume Collet-Serra – como *A Casa de Cera* (2005) e *Águas Rasas* (2016) –, outro habilidoso artesão do gênero cujas escolhas visuais parecem mais intencionais que mecânicas.

Em *Imaculada,* Mohan tende a seguir tomadas graciosas com closes horríveis, como quando uma freira mergulha do telhado do convento e nos inclinamos para ver mais de perto seu rosto mutilado contra a calçada.

Sydney, produtora de *Imaculada,* recrutou Mohan, que a havia dirigido em *Observadores* (2021), seu retorno bobo, mas eficaz, a *Janela Indiscreta* (1954) e aos *thrillers* eróticos dos anos 1990, como *Instinto Selvagem* (1992). No filme, a atriz dava vida a uma mulher não apenas objetificada, mas cujo olhar amendoado podia, ele próprio, originar a objetificação. Mohan parece ser fixado no que Sidney é capaz fazer com os olhos – e é muito.

Lembram-se do olhar sonolento e cortante dela em *The White Lotus?* Observe-os em *Imaculada*: como eles se arregalam de medo ou choram na derrota; e como, quando irmã Cecilia se opõe ao patriarcado, na parte "meu corpo, minhas regras" dessa jornada impressionante, seus olhos endurecem em um desafio que, de tão apaixonado, parece pessoal. •

Tradução: Luis Roberto M. Gonçalves.

DIAMONDS FILMS

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos



As SAFs na mira

▶ A ação contra a 777 Partners, dona do Vasco, mostra os riscos envolvidos no modelo futebol empresa, hoje espalhado pelo País

O caso mais instigante deste momento no futebol brasileiro é a hipótese da insolvência da SAF vascaína.

Há cerca de dez dias, a 4ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro aceitou o pedido do clube associativo para tirar o controle da SAF das mãos da empresa norte-americana 777 Partners, para a qual haviam sido vendidas 70% das ações de seu futebol.

Na segunda-feira 20, a 777 Partners entrou com agravo de instrumento contra a decisão liminar para tentar retomar o controle do futebol vascaíno.

A ação do Vasco sucede os resultados não satisfatórios do time principal em campo; as mudanças políticas no clube; as acusações e ações judiciais envolvendo a empresa em outros países onde detém maioria de ações de clubes de futebol.

As notícias de atraso de pagamento de compromissos nos clubes administrados pela empresa fora do Brasil e no Vasco acenderam a luz vermelha da direção cruzmaltina logo no início do mandato.

As confusões entre o clube brasileiro e a empresa começaram ainda na campanha de Pedrinho à presidência.

Mas a situação se mostrou ainda mais ameaçadora quando começaram a surgir notícias de que a empresa daria suas ações da SAF vascaína em garantia de empréstimos tomados fora do Brasil.

Parece muito difícil que se desfaça um negócio dessas proporções, e que envolve proprietários tão poderosos. Mas o que nos interessa é saber que rumo vai tomar essa orientação do futebol brasileiro pelas SAFs.

Em abril, Ronaldo havia anunciado sua saída do Cruzeiro, após dois anos e quatro meses na gestão da SAF cruzeirense.

O ex-jogador acertou a venda do controle acionário da Raposa para o empresário Pedro Lourenço, conhecido como Pedrinho.

O que preocupa a todos é a possibilidade dessa onda SAF se espalhar – como já se mostra inevitável – nas mãos de “picaretas” que, certamente, deixariam como rastro uma “buraqueira” imensa, País afora, atrasando ainda mais o nosso preocupante futebol.

Nesse contexto, ainda vieram à tona, pelo UOL e pelo GE, notícias de que o dono da Crefisa, José Roberto Lamacchia, operadora de crédito ligada ao Palmeiras, estaria em negociações com a 777 pela compra de 70% das ações da SAF do Vasco.

Na quarta-feira 22, no entanto, Lamacchia, em entrevista à ESPN, afirmou jamais ter feito qualquer proposta nesse sentido: “Nunca fiz proposta por clube nenhum”.

Se a situação se mostra aflitiva em clubes de maior expressão, imaginemos o que pode acontecer a clubes menores.

O torcedor, do seu lado, deve acompanhar tudo isso estonteado.

Outra preocupação de quase todos os torcedores é o VAR, que passa a ter seu funcionamento contestado oficialmente nos altos poderes do futebol.

Um ponto de grande importância que incomoda a todos é o impacto que o VAR tem sobre o extravasamento na hora máxima: o gol.

Hoje em dia, torcedores e, principalmente, jogadores são obrigados a pensar duas vezes antes de deixar expandir a emoção. O VAR, como se diz na linguagem corrente, “corta o barato”.

Por fim, saindo do macro do futebol brasileiro e chegando aos detalhes dos clubes, tivemos, na semana que passou, o anúncio do fim da era Cássio no Corinthians.

Cássio parte para o Cruzeiro deixando, no clube paulista, uma história de 712 partidas e nove títulos conquistados com a camisa do Timão. •



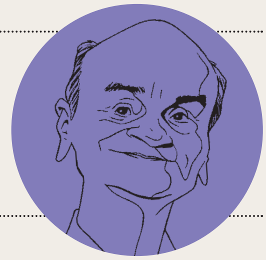
Crise. Josh Wander, o dono da norte-americana Partner 777

BAPTISTÃO E LEANDRO AMORIM/VASCO DA GAMA

redacao@cartacapital.com.br

DRAUZIO VARELLA

Médico cancerologista, foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil. É autor, entre outras obras, de *Estação Carandiru*, vencedor do Prêmio Jabuti de não ficção em 2000



Gonorreia resistente

▶ Cerca de metade das cepas da bactéria causadora dessa doença sexualmente transmissível se tornaram resistentes a pelo menos um dos antibióticos clássicos

A gonorreia se dissemina pelo mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), são 82 milhões de casos novos por ano.

No Brasil, o Ministério da Saúde calcula que ocorram 500 mil casos novos por ano. Nos Estados Unidos foram 650 mil só em 2022 – um aumento de 11% em relação a 2018.

No Centro de Detenção Provisória em que atendo, o número de presos que chegam infectados das ruas é alto como nunca vi.

Se levarmos em consideração as subnotificações e os pacientes assintomáticos, dá para fazer ideia das dimensões do problema de saúde pública.

A gonorreia é uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST) causada por uma bactéria, a *Neisseria gonorrhoeae*, que infecta pessoas de qualquer idade, mas se concentra em certas populações: cerca de metade dos casos acontece entre os 15 e os 24 anos.

A bactéria pode ser transmitida por via genital, anal, oral e da mãe para o filho no momento do parto. O fato de ser muitas vezes assintomática, cria a possibilidade de disseminação silenciosa.

Quando surgem sintomas, os mais comuns são: ardência e dor à micção, corrimento peniano/vaginal/retal, dor e inchaço nos testículos, sangramento anal, dor à evacuação e, quando a transmissão foi por sexo oral, dor de garganta.

A bactéria pode cair na circulação sanguínea, causando febre, dores nas articulações e vermelhidão na pele. Sem tratamento, pode evoluir para infertilidade feminina/masculina, doença pélvica inflamatória (nas mulheres), prenhez ectópica e cegueira (em recém-nascidos) – além de aumentar o risco de que se contraia o HIV.

O diagnóstico é feito por meio da coleta de material das secreções vaginal/peniana/retal e da garganta. Os serviços de saúde recomendam que esses exames sejam colhidos também nas seguintes populações de pessoas assintomáticas: grávidas, mulheres com menos de 25 anos, homens e mulheres com novos parceiros sexuais e em quem convive com o HIV.

Anos atrás, era fácil curar gonorreia, pois vários antibióticos tinham atividade: penicilina, tetraciclina, azitromicina, quinolonas e as cefalosporinas por via oral. O aparecimento da resistência bacteriana, especialmente a partir dos anos 2000, modificou esse quadro. Cerca de metade das cepas que circulam atualmente são resistentes a pelo menos um desses antibióticos.

A quinolona ciprofloxacino serve de exemplo. Era um dos antibióticos de escolha durante os anos 1990, condição que perdeu em 2007, quando o CDC americano deixou de recomendá-lo, por causa da resistência. Hoje, pelo menos 50% das cepas são resistentes a ele.

A ceftriaxona, antibiótico injetável, ganhou destaque nas duas últimas décadas. Tem a vantagem de ser administrada por via intramuscular em dose única. A principal desvantagem é a dor no local da injeção.

O histórico da bactéria, entretanto, faz supor que ela se tornará insensível também a esse e a outros antibióticos. A ceftriaxona começou a ser usada na dose de 125 miligramas, que foi sucessivamente aumentada para 250 e 500 miligramas. Hoje, há países que recomendam a injeção de 1 grama.

Em diversos países foram isoladas cepas resistentes à associação de ceftriaxona e azitromicina. A doença provocada por elas recebeu o nome de supergonorreia.

As infecções por essas bactérias multirresistentes já representam 8% dos casos na China e 38% no Camboja. Nos Estados Unidos ocorrem em menos de 1% das amostras – por enquanto, dizem os especialistas.

As falhas de tratamento são mais frequentes quando a bactéria se instala na garganta.

A chamada Terapia Pós-Exposição (PEP), que consiste em administrar dois comprimidos do antibiótico doxiciclina de 100 miligramas nas primeiras 72 horas após o contato sexual – capaz de reduzir em 66% a transmissão de clamídia e sífilis –, é menos eficaz na gonorreia, evitando apenas uma infecção em cada três.

Para chegarmos ao objetivo da OMS de reduzir em 90% os casos de gonorreia até 2030, seria fundamental o desenvolvimento de uma vacina. A GSK está realizando estudos com uma delas, mas os resultados ainda não estão disponíveis.

Dada a antipatia de que a camisinha desfruta na população sexualmente ativa e a sabedoria das bactérias em neutralizar os efeitos letais das diversas classes de antibióticos, voltaremos ao tempo em que a doença era tratada com desinfetantes instilados na uretra, em aplicações tão dolorosas quanto ineficazes? •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

VENES CAITANO




1964
2016
2023
Carta

MOVIMENTO NACIONAL PELA VACINAÇÃO

INÊS 249

DISQUE SAÚDE 136

/minsaude
/ministeriodasaude
/MinSaudeBR

VACINE-SE CONTRA A COVID-19

O MOVIMENTO NACIONAL PELA VACINAÇÃO TÁ NO RUMO CERTO



CONHEÇA OS GRUPOS PRIORITÁRIOS

- Crianças de 6 meses a menores de 5 anos
- Pessoas com 60 anos ou mais
- Gestantes e puérperas
- Indígenas
- Ribeirinhos
- Quilombolas
- Trabalhadores da Saúde
- Pessoas imunocomprometidas
- Pessoas com comorbidades
- Pessoas vivendo em instituições de longa permanência (ILPI e RI) e seus trabalhadores
- Pessoas privadas de liberdade (com mais de 18 anos)
- Pessoas com deficiência permanente
- Funcionários do sistema de privação de liberdade
- Adolescentes e jovens cumprindo medidas socioeducativas
- Pessoas em situação de rua

A vacina contra a COVID-19 está atualizada e disponível.
Procure uma Unidade Básica de Saúde e leve a caderneta de vacinação.

Saiba mais em **gov.br/vacinacao**

BRASIL BEM CUIDADO – MAIS SAÚDE PARA QUEM MAIS PRECISA

SUS

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO